

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**A VELHICE SOB O OLHAR DE IDOSOS
RETORICISTAS**

HILNÊ COSTA LIMA RODRIGUES

**RECIFE
2003**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**A VELHICE SOB O OLHAR DE IDOSOS
RETORICISTAS**

HILNÊ COSTA LIMA RODRIGUES

**RECIFE
2003**

HILNÊ COSTA LIMA RODRIGUES

A VELHICE SOB O OLHAR DE IDOSOS RETORICISTAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

RECIFE
FEVEREIRO – 2003

HILNÊ COSTA LIMA RODRIGUES

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

A VELHICE SOB O OLHAR DE IDOSOS
RETORICISTAS

APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA EM: 26 / 02 / 2003

Orientadora

Prof^ª. Dra. Maria de Fátima de Souza Santos

1 Examinadora

Prof^ª. Dra. Ana Cristina Brito Arcoverde

2 Examinador(a)

Prof^{or}. Dr. Carlos Gomes do Espírito Santo

RESUMO

O crescimento expressivo da longevidade no mundo inteiro indica a necessidade de que se compreenda a velhice em toda a sua dimensão, atentando-se para o seu caráter heterogêneo, sob cuja determinação cada idoso organiza seu curso de vida, interioriza valores, estabelece sua relação com o tempo, com o mundo, enfim constrói suas representações. Este trabalho teve como objetivo identificar as representações sociais da velhice elaboradas no pensamento do idoso intelectual acadêmico e as formas em que esses processos simbólicos se articulam com a realidade das práticas cotidianas. Para fundamentar o estudo, escolhemos a teoria das representações sociais e como método para a coleta dos dados a entrevista semi-estruturada, com roteiro de perguntas previamente determinado. A escolha dos sujeitos efetivou-se aleatoriamente, condicionada apenas à sua disponibilidade. Para a interpretação dos depoimentos, lançamos mão da análise de conteúdo, técnica através da qual identificamos os segmentos discursivos emersos das entrevistas. Fizemos mapeamento das falas prevalentes e buscamos alcançar significações associadas a categorias inerentes ao objetivo do estudo. Através da análise dos conteúdos comunicacionais, foi-nos possível configurar algumas deduções: 1 - a atividade intelectual age como possibilitadora da comunicação do entrevistado com o outro, com o mundo; 2 – o exercício literário leva o idoso a sentir-se útil e reconhecido; 3 – as representações sociais que os entrevistados elaboram sobre a velhice não correspondem ao seu *modus vivendi*, não retratam suas próprias condições, porém confirmam ser a velhice um construto social produzido sob o efeito das influências culturais, sociais e políticas.

ABSTRACT

The expressive growth of longevity in the whole world shows the need to understand oldness in all of its extent, taking into consideration its heterogeneous character under which each person organizes the own course of life, interiorizes values, establishes relationship with time and with the world and after all, builds his/her representations. The purpose of this work was to identify the representations of oldness elaborated in the mind of aged academic intellectual and the ways through which those symbolic processes are linked to the reality of everyday practices. In order to validate the study, the theory of social representations was chosen and, as the method for data collecting, the half-structured interview with a question guide previously established. The choice of subjects was aleatory being conditioned only to their assessibility. For the interpretation of declarations, the analysis of content was used. Through the use of this technique, the discursive segments emerged from the interviews were identified. The prevailing speeches were mapped and we tried to obtain meanings associated to categories inherent to the object of the study. Through the analysis of communicational contents, it was possible to reach to some conclusions: 1- Intellectual activity makes possible the communication of the interviewed with someone else and with the world ; 2- Literary practice makes the aged feel useful and recognized; 3- The social representations that the interviewed elaborated about oldness don't correspond to their way of living and don't feature their own conditions although they confirm oldness is a social product, elaborated under the effect of social, political and cultural influences.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A VELHICE	18
1.1 - A Multiplicidade Conceptual do Fenômeno	28
CAPÍTULO II - OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	46
2.1 - O Enfoque Teórico	46
2.2 - Dos Instrumentos da Pesquisa	52
2.3 - Da Coleta dos Dados	54
CAPÍTULO III - A VELHICE PARA O IDOSO RETORICISTA	57
3.1 - Do Perfil dos Sujeitos	58
3.2 - Caracterização Geral do Grupo	62
3.3 - Análise dos Conteúdos Discursivos	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	87

INTRODUÇÃO

Pensar, refletir sobre a velhice no contexto social contemporâneo constitui o sentido deste trabalho. Como é vista a velhice? A expressão comunicacional que se segue estaria a responder:

Um autor de histórias em quadrinhos havia incluído entre seus personagens um casal de avós: “Risque os velhos!” Ordenaram-lhe. Quando eu digo que trabalho num ensaio sobre velhice, quase sempre, as pessoas exclamam: Que idéia!?... Mas você não é velha!... Que tema triste!....

Estas são palavras de Simone de Beauvoir, registradas poucas décadas atrás para mostrar a visão depreciativa da sociedade sobre a velhice.

Posicionamentos como este, ainda presentes na atualidade, e outros de natureza semelhante, ouvidos no transcorrer do dia-a-dia, aliados aos conteúdos bibliográficos que nos chegam às mãos, põem à mostra o desconhecimento e o desinteresse da sociedade em torno dos problemas que envolvem o fenômeno do envelhecimento, no contexto sócio-político contemporâneo.

Os veículos noticiosos, falado e escrito, a toda hora evidenciam a condição social do idoso no Brasil e alhures, mostrando formas diversificadas de enfrentamento da questão da velhice, por parte do Estado. Deliberadamente ou não, as notícias deixam à mostra a complexidade do fenômeno em termos pessoais e sociais, referendando, assim, a literatura existente em torno do assunto, na sua maioria denunciativa do refugio que espreita o ser humano nas instâncias terminais da vida.

Essa freqüência de pronunciamentos que ao conceituar a velhice ultrapassam quase sempre os aspectos biofísicos e psicossomáticos, para ressaltar as questões de caráter sócio-cultural e político, juntamente com as leituras procedidas, faz-nos crer não constitua uma veleidade acadêmica afirmar que os novos modelos de convivência, as novas relações de trabalho, a transmutação dos costumes e o arrefecimento da solidariedade, características do atual momento histórico, levam o idoso a sentir-se deslocado e de certa forma perdido, posto que submerso em circunstâncias estranhas à sua experiência, notadamente se oriundo de classe social economicamente menos favorecida.

A tendência atual no mundo inteiro é enaltecer a juventude, a beleza, o luxo, e esse pensar funciona como uma espécie de biombo que esconde a questão do envelhecimento e suas implicações. Nem a chamada revolução demográfica que vem de estender a expectativa de vida para além de 75 anos conseguiu arrastar ao centro das atenções políticas, sindicais, institucionais e da própria sociedade as dificuldades, os interesses das pessoas envelhecidas e muito menos os problemas que poderão advir com o aumento da população idosa e a conseqüente demanda dos serviços sociais imposta pela nova situação.

No Brasil, de acordo com o censo de 2000, a população idosa alcança os seguintes índices:

POPULAÇÃO IDOSA NO BRASIL

FAIXA ETÁRIA	SEXO		TOTAL
	Homens	Mulheres	
65 anos a 69	1.639.325	1.941.781	3.581.106
70 " 74	1.229.329	1.512.973	2.742.302
75 " 79	780.571	999.016	1.779.587
80 " 84	428.501	607.533	1.036.034
85 " 89	208.088	326.783	534.871
90 " 94	65.117	115.309	180.426
95 " 99	19.221	36.977	56.198
100 anos ou mais	10.423	14.153	24.576

(Fonte: IBGE Censo Demográfico 2000. Características da População e dos Domicílios. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro. 2000:69)

Não existindo medidas políticas favoráveis às condições que o estado de velhice exige para o seu enfrentamento, isto somado à necessidade de uma readaptação constante aos novos costumes e estilos de vida, o idoso, despossuído das referências do seu passado; sem oportunidade de intercambiar suas experiências; sem espaço para expor e defender suas opiniões, assiste passivamente a subtração dos seus próprios direitos.

O processo de industrialização e hoje da mundialização, como não podia deixar de ser, provocou transformações conjunturais na sociedade, quebrando valores, modificando comportamentos, destruindo pilares da tradição, alterando normas e modelos de vida. Estas alterações modificaram também a posição e o prestígio do idoso antes desfrutados social e familiarmente.

De acordo com a realidade em que esteja inserido, vê-se então o velho destituído de suas funções de mando, de orientador, de conselheiro, perdendo, enfim, a sua condição de cidadão e participante da história.

Comumente, a noção de velhice é associada à doença e à incapacidade. Em conseqüência disso, os aspectos sociais - importante campo para o estudo das questões que envolvem o envelhecer humano - ficam relegados a um plano secundário, quando não esquecidos, dando margem a que, além do decesso físico, outras situações como a marginalidade, o desprestígio, a inutilidade, a exclusão, etc, sejam naturalizadas. Tal estado de desimportância do idoso significa a perda de sua dignidade pessoal, assim como a negação dos seus direitos à igualdade de tratamento, no tocante à saúde, à locomoção, à moradia e outras condições indispensáveis a uma sobrevida humanizada e dentro dos padrões de verdadeira cidadania.

Estar à margem da sociedade leva a desabafos como este emitido por uma velha senhora moradora do bairro Bom Jardim, na periferia de Fortaleza e por nós presenciado: “O idoso tem de encontrar um jeito de tomar parte nas coisas que acontecem na comunidade. A gente quer compartilhar, contribuir, mas não pode. Porque não deixam. Acham que todo velho é gagá”. Aqui se cristaliza não apenas a marginalização, mas também a tão falada solidão da velhice que, vista pelo prisma social, pode ser traduzida como supressão da cidadania.

Fenômeno bio-psico-social, por conseguinte de caráter multifacetário, a senescência “não é uma ladeira que todos descem na mesma velocidade. É uma sucessão de degraus irregulares onde alguns despencam mais depressa que outros”, como bem assinala Howell (*apud* Beauvoir, 1990:40). E o ritmo dessa velocidade, com certeza, está na dependência do suporte biofísico, nos andaimes das relações de classe, nas diferenças cultural e econômica, na localização espacial dos sujeitos, nas formas de enfrentamento da questão por parte do Estado. Existem, portanto, velhices e formas diversas de envelhecer.

Numa sociedade regida pelas leis do consumo e do mercado, onde não haja uma cultura política de proteção ao idoso, o anonimato é o destino a ele reservado. Uma vez tornado improdutivo, passa a ser visto como um estorvo para a família, um fardo para o Estado, e cresce em torno de sua figura a idéia de que, se não produz, não tem valor.

Em que pese a sua heterogeneidade, uma característica recorrente da terceira idade, na maioria das sociedades, é que as pessoas velhas são, em geral, menos aquinhoadas economicamente que os adultos mais jovens. A pobreza, portanto, como diz Veras (1999:38), “é uma outra companheira amarga da velhice”.

O idoso brasileiro da zona urbana, à semelhança do que ocorre nos países desenvolvidos, ao atingir esse estágio de vida é, quase sempre, vitimado pelo decesso financeiro, visto que o valor de sua aposentadoria, na maioria dos casos, é inferior aos ganhos auferidos durante o período de sua vida produtiva. Dá-se, então, a passagem de um período de vida ativo para outro sem motivações, sem perspectivas, sem reconhecimento social, estágio que se poderia denominar como morte social, que antecede à morte biológica. E essa marginalização dá lugar, no pensamento do idoso, a um sentimento pessoal de inutilidade que se vem somar aos demais problemas de ordem biofísica e psicossocial.

Entretanto, nem todos os que atingem a senescência se tornam passíveis de serem estigmatizados e excluídos. A organização político-econômica, a estrutura de classes e os valores culturais, como se disse anteriormente, são condicionantes de uma maior ou menor probabilidade de manutenção das condições objetivas de existência digna para o idoso.

A velhice proprietária, a pequena e a grande burguesia podem instrumentalizar, tanto do ponto de vista da sociabilidade, como da autonomia, as suas relações de prestígio e poder. Sobre o assunto, refere Magalhães (1989:32):

os intelectuais, artistas, políticos e outras celebridades podem preservar melhor suas defesas contra o enfraquecimento da autonomia, além de disporem de melhores recursos, não só para viver bem e bem envelhecer, como para adquirir os serviços possíveis e capazes de atenuar as inevitáveis perdas biopsíquicas e sociais.

Freyre (1977, v.1:82), em seu livro *Sobrados e Mocambos*, referindo-se à queda do patriarcalismo, que pôs em declínio o prestígio dos velhos, frisa que os jovens bacharéis de mais de 20 anos ou de 30 a quem foram entregues as presidências das províncias, no período da colonização, afogados na sua

inexperiência, limitados no seu saber, em tudo imitavam os velhos; e disfarçavam o mais possível a mocidade. Prosseguindo, Freyre (1977) argumenta que “apesar de moços, letrados e brilhantes, faltava-lhes, entretanto, aquele bom senso terra-a-terra, aquele equilíbrio, aquela solidez, aquela perspectiva das coisas que só se consegue com a experiência”.

Essa idéia de sabedoria da experiência, nalguns setores da sociedade atual, ainda é difundida, como por exemplo, nas universidades, nos meios intelectuais e artísticos, onde resiste a figura do grande mestre, status conferido aos velhos, não só pela posição ocupada no próprio meio, mas em razão da experiência acumulada ao longo da vida. Barros (1998:141) confirma esta asserção trazendo à luz posicionamento de Luiza Gusmão (1977), que em sua dissertação de mestrado nega a existência do estigma da velhice entre os artistas, os intelectuais, os políticos ou indivíduos ocupantes de posição de destaque na vida pública. Estes tornam-se isentos de se transformar em alvo de rotulações estigmatizantes e das situações de descaso, desprestígio e discriminação.

Nas últimas décadas, os debates acadêmicos vêm refutando a visão de velhice como uma experiência homogênea, negando o reducionismo biológico, físico e psicossomático, assim também o determinismo cronológico por muito tempo acreditado pelos estudiosos do assunto. Defende-se agora uma visão crítica em que sejam considerados os aspectos demográficos e as características sociológicas e econômicas que marcaram a evolução do segmento populacional idoso, sem esquecer os desafios que o reordenamento da pirâmide etária apresenta, hoje, a todas as sociedades. A renovação de estudos nessa área faz-se reclamada, a fim de reverter-se a situação ainda reinante que deixa a velhice em posição de

desigualdade, não apenas no âmbito da sociedade, mas também no cômputo dos estudos referentes às etapas da vida.

Questionamentos desse jaez levaram-nos a perquirir o pensamento de participantes da Academia Cearense de Retórica, entidade cultural a que pertencemos e onde, há 13 anos, convivemos com idosos intelectuais que, para admiração nossa, ao longo do tempo, continuam literariamente produtivos, a maioria com idade superior a 75 anos e dentre eles alguns já octogenários e nonagenários, não sendo comum ouvi-los em queixas ou reclamações referentes ao seu estado físico, às suas condições intelectivas ou à falta de atendimento às suas necessidades essenciais. O que pensam eles da velhice? Como se vêem no contexto social? O que esperam da sociedade? Indagações projetadas pela curiosidade científica que preside o processo da pesquisa acadêmica, em quaisquer áreas onde se processe.

Escolhemos a Academia Cearense de Retórica como *locus* e confrades como sujeitos, por entender que sendo o Silogeu um tipo de agremiação formada por pessoas de reconhecido nível intelectual; culturalmente admirados e socialmente prestigiados, ali encontraríamos dados que, adjuntados aos estudos bibliográficos, poderiam nos levar a um conhecimento mais amplo quanto à questão da velhice, notadamente no que diz respeito às imagens que se constroem no pensamento do idoso intelectualizado e literato, - representações sociais que constituem o fulcro central de interesse da pesquisa em causa. Ademais, na convivência acadêmica, os retores, diferentemente da grande maioria das pessoas em idade avançada, encontram espaço para manifestar, suas opiniões, seus sentimentos e suas idéias, porque o próprio ambiente favorece a isto, caracterizado que é como um sodalício

onde o participante, seja qual for o seu estágio de vida, se sente livre para ser ele mesmo, para expandir suas idéias e projetar-se intelectualmente. E pensamos: Mostrar-nos-iam os resultados da pesquisa pontos divergentes do estado comum de velhice? Para o idoso intelectual é a velhice um estigma ou ele se reconhece de fato prestigiado? A produção literária, o exercício acadêmico, a criação poética significariam uma forma de negação, de resistência à inutilidade, condição tão fartamente atribuída ao velho? Firmamos, então, nossa decisão.

É claro que em nenhum momento, este trabalho pretendeu construir teoria, ou suprir lacunas apontadas nas sistematizações dos estudos sobre velhice. Tampouco suas conclusões se presumem como definitivas. Ousamos, sim, pensar que os resultados obtidos, embora limitadamente, possam enfileirar-se junto a outros que articulam a preocupação científica com uma ação social responsável e atenta à problemática do idoso e sua inserção na sociedade. Ousamos também acreditar no acerto da escolha, por ser a questão da velhice objeto de interesse das Ciências Sociais, interesse que, a partir da década de 80 vem assumindo o caráter de estudo científico manifesto em todo o mundo, já se fazendo reclamado por vários campos do saber, na prática cotidiana e também na orientação de políticas públicas.

A complexidade da questão, hoje tão fartamente referenciada, deixa-nos inquieta. Incita-nos a estudá-la. Entendemos que a sua relevância não comporta dúvidas e por isso as nossas cogitações acadêmicas insinuam-nos a contemplá-la, a perquirir as reentrâncias de alguns enfoques, cotejando-os na sua especificidade.

O interesse pelo tema não nos tomou de repente. Na observação das associações e grupos de convivência formados por pessoas da terceira idade; na rua, no trabalho, na família, no campo ou na cidade, enfim, nas mais diversas

ocasiões, nos mais diferentes locais, sem querer, temos sido ouvinte e testemunha dos problemas pessoais e sociais que atingem os idosos, assim como temos sido expectador das circunstâncias sócio-políticas em que se modela o envelhecer. Nas conversas informais, nos diálogos confidenciais, nos movimentos de igreja e até dos próprios velhos, a questão nos chega declarada e freqüentemente.

Temos consciência das ressalvas que permeiam a realidade dos idosos no Brasil e por certo em outros países, onde uma longa distância se interpõe entre o idoso rico e o idoso pobre. A este, assistência ineficaz, paliativa; àquele, - dada a facilitação que lhe oferecem sua condição financeira e sua posição na escala social - o aparato técnico, o conforto, a segurança, enfim, um envelhecer diferente. Diferença que se repete entre o idoso letrado e o ignorante, o velho do campo, o da cidade e o da metrópole, destacando-se o camponês como o menos favorecido, já que a zona rural brasileira permanece em situação de carência dos instrumentos de assistência aos trabalhadores agrícolas e habitantes em geral. Enfoques que inspiram reflexões.

Julgamos legítimo, portanto, o nosso interesse de identificar as formas em que se organizam no pensamento do idoso (intelectual) os processos simbólicos sobre a velhice e seus aspectos circundantes, fazendo-o sob o enfoque das representações sociais, hoje teoria consagrada e acreditada por muitos, como particularmente útil para a análise, compreensão e intervenção sobre os problemas sociais e também por acreditar que, para apreender o significado da velhice, é necessário considerar o discurso do próprio velho, pois é sabido que todas as pessoas, influenciadas pelo meio social em que vivem, elaboram idéias, juízos de

valor, conceitos e opiniões em torno dos fatos e das coisas que as rodeiam, ou seja, dão-lhes um significado.

Em trabalho intitulado O Conceito de Representações Sociais Dentro da Sociologia Clássica, Minayo assim define o fenômeno:

Representações Sociais é um termo filosófico que significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Nas Ciências Sociais, são definidas como categorias de pensamento que traduzem a realidade, questionando-a (Minayo, 1994:89).

Por sua vez, Willem Doise (1990. *apud* Sá. 1996:33) apresenta a seguinte definição:

Representações Sociais são princípios geradores de tomadas de posições ligadas a inserções específicas em um conjunto de relações sociais e que organizam os processos simbólicos que intervêm nessas relações.

Através da palavra dos sujeitos pesquisados, procuramos atingir os objetivos aqui propostos, consignados nos seguintes pontos: identificar as representações sociais da velhice articuladas no pensamento do idoso intelectual acadêmico e as formas em que atribui significação a sua própria condição de velho; conhecer os tipos de imagens elaboradas pelo idoso intelectual literato relativamente à forma como se sente visto pela sociedade; conferir se o exercício acadêmico literário e a permanência desse fazer significam para o sujeito uma estratégia de resistência ao processo involutivo da velhice.

Afora outros aspectos formalísticos da composição dissertativa, este trabalho é constituído por três capítulos. No primeiro, estão em relevo considerações gerais sobre a velhice e as respectivas condições de vida do idoso no contexto da sociedade contemporânea, constando em seu único sub-item uma apresentação da multiplicidade conceptual do fenômeno velhice. No segundo e terceiro capítulos

registram-se os passos metodológicos da pesquisa compreendendo enfoques teóricos; o perfil dos sujeitos; os instrumentos da pesquisa; as significações contidas no corpo lingüístico dos conteúdos e por último a análise final dos dados.

Para concluí-lo, tentamos formular uma sintética articulação crítica das informações colhidas, com objetivo de complementarizar as abordagens efetuadas no decorrer do estudo, relativamente à problemática em causa, bem assim indicar a relevância e a urgência que o seu solucionamento está a requerer.

Na condição de aprendiz, tivemos que utilizar com alguma insistência, transcrições textuais de obras pertinentes ao tema e citações nelas contidas, estas últimas, por razões óbvias, sem referências bibliográficas, posto que não foram estudadas e apanhadas na origem.

Presumimos que, estudando, conhecendo e debatendo a questão da velhice, estar-se-á constituindo um conjunto a menos na grande massa de desinformados quanto à real condição em que sobrevivem as pessoas de idade avançada e suas formas particulares de enfrentamento da situação.

Estendem-se nossas expectativas no sentido de que com este estudo estaremos colaborando no processo de atenuação dos preconceitos que vêem no velho um ser inútil e incapaz de tomar parte no movimento da história. Ademais, supomos, abrir-se-ão outras clareiras à conscientização sobre a problemática, podendo tomar este trabalho acadêmico um caráter conclamativo ao estudo, ao debate que já se anuncia e transparece nos escritos e teorizações construídos nas últimas décadas, sobre os quais caberia debruçar-se mais acentuadamente profissionais, pesquisadores e estudiosos das Ciências Humanas e Sociais.

E nossa pretensão mais se justificaria ao admitirmos, como o fazem vários estudiosos do assunto, que a velhice é, cada vez mais, um desafio para os pesquisadores e um grave problema social a ser considerado seriamente na elaboração de políticas públicas, nesse âmbito tão necessárias e tão urgentes.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A VELHICE

O mundo, por conseguinte o Brasil, está envelhecendo.

Nas últimas décadas, tem ocorrido um aumento considerável da população idosa em todo o mundo, fenômeno decorrente dos avanços tecnológicos que influenciaram no controle da fecundidade e das doenças senis, elevando assim o nível de sobrevivência das pessoas idosas. A expectativa de vida, antes limitada no patamar de 60-65 anos, alargou-se para 75 anos. A escritora Françoise Forette (1998:11), professora universitária, médica e chefe do serviço gerontológico clínico do Hospital Broca (Paris), afirma:

Vivemos uma revolução demográfica sem precedentes. Revolução que se faz em silêncio, sob o olhar míope dos que tomam as decisões políticas, empresariais, educacionais. [...] Em 2030 a esperança de vida passará para 88 anos e em 2050, para 90 anos.

E pergunta a autora: “Até onde iremos nós? Quais serão os limites desse fenômeno? [...] O problema é mais filosófico do que médico”.

Alertando para o desconhecimento quanto à progressão dessa tendência demográfica, a autora lembra ser necessário levá-la em conta e integrá-la as nossas maneiras de pensar, de decidir, agir e viver, fazendo-se indispensável também que os encarregados das decisões políticas ou empresariais saibam adotar adequadas medidas para os tempos vindouros, não se mantendo cegos ou indiferentes a este fenômeno que inconscientemente é temido por todos. Incluir-se-iam nesta perspectiva os homens de negócio, os complexos industriais e financeiros, a fim de

que, conhecendo a realidade do perfil etário da população trabalhadora, o qual se modificará inelutavelmente, venham a contribuir de forma efetiva para o enfrentamento das dificuldades conseqüenciais.

Segundo dados estatísticos dos Estados Europeus, o contingente mundial de idosos atualmente é de 580 milhões, ou seja, 9,8% dos 6 bilhões de habitantes do planeta. A previsão é a de que no ano 2025 a porcentagem será de 14%.

No Brasil, a situação, proporcionalmente falando, não difere muito, porquanto os dados do IBGE (censo 2001) mostram que, enquanto no ano de 1950 o número de idosos correspondia a 4,4% da população, em 1991 subiu para 7,5% e em 2010 estima-se que ultrapasse a cifra de 15% (cerca de 13 milhões de pessoas).

Em que pese as referências bibliográficas acerca do envelhecimento elaboradas incipientemente no decorrer da civilização por estudiosos da Biologia, da área médica, alguns filósofos e pensadores, pode-se dizer que o tema velhice só veio a despertar o real interesse dos estudiosos modernos a partir da década de 60, visto que até esse período praticamente não havia um estudo importante sobre a velhice e os velhos.

Começa a viabilizar-se claramente em 1980, com o surgimento de produções literárias especificadas, apresentando perspectivas de importância teórica, que vem a ser alcançada somente nos anos 90, quando se tornam objeto das pesquisas sociais e passam a nortear timidamente algumas políticas públicas.

Essa importância é ainda relativa, posto que “o descaso generalizado em que sobrevivem os idosos na sociedade contemporânea persiste e é a base do

desinteresse que sempre tiveram por eles as Ciências Humanas. Não tendo um lugar social também não tinham um lugar teórico” (Brito *apud* Barros, 1998:24).

Observa-se haver decorrido um longo tempo até que o envelhecimento humano viesse a se tornar alvo de atenções dentro de uma perspectiva multidimensional em que se considerassem fatores objetivos, mas, também, subjetivos do fenômeno, levando em conta os aspectos sociais e culturais.

Quanto aos estudos iniciais abordando a velhice de forma específica e sob a ótica sociológica, quase todos tendem a encarar os velhos como um problema social, como elementos necessitados de uma assistência social. E essa velhice-problema passa a constituir tanto objeto de estudo nas produções literárias, como matérias de jornais e revistas, sob a forma de artigos e reportagens que se caracterizam muito mais como guias de conduta e aconselhamentos referentes aos cuidados com a saúde, à estética, aos métodos de rejuvenescimento e sugestões de lazer, às vezes dirigidos às pessoas que têm pais velhos e não a estes propriamente dito, assumindo, assim de modo explícito, a dependência e a impossibilidade de os velhos controlarem suas próprias vidas (Barros, *op cit*).

Shanas (*apud* Barros,1998:120) nas palavras introdutórias de uma coletânea de textos publicada no ano de 1970, dividindo-os sob o critério das impressões e dos sentimentos dos autores, que parecem prevaletes nos trabalhos, classifica-os em otimistas e pessimistas, conforme vejam a velhice como mais, ou menos assistida; mais, ou menos integrada na sociedade.

São vários os autores que se debruçaram sobre a questão da velhice em seguida à década de 60. Rosow (1974, *apud* Barros. 1998:119), por exemplo,

discute as perdas sociais acarretadas pela velhice, referindo-se a não existência de um processo de socialização do idoso, ao mesmo tempo em que sugere a formação de grupos homogêneos de velhos como meio de constituir a base para essa socialização. Fontana (1997. *apud* Barros, 1998:119) procurando mostrar em seu livro que “a felicidade não é uma variável social crucial”, acrescenta novas perspectivas para a análise do envelhecimento, em que é possível discernir tipos de velhice e gradações quanto a uma maior ou menor, melhor ou pior adaptação psicológica a essa fase da vida. Nessa diversidade de representações do fenômeno velhice por parte dos teóricos inclui-se o posicionamento de Barros (1998) que acrescenta outra caracterização aos estudos da época, qual seja a idéia de assistencialismo, na sua opinião, nem sempre explícita, mas em geral presente e retratada nas políticas públicas de atendimento ao idoso. Escreve a autora:

No Brasil, quase nada foi feito com interesse exclusivo na velhice [...] Quase todos os trabalhos que tratam do idoso sob o ponto de vista social, a que tive acesso tendem a encará-los como um problema social, como elementos necessitados de assistência social. Dessa forma, os trabalhos são realizados, embora nem sempre explicitamente para tentar uma solução para um problema, dando-se o enfoque pelo tom assistencial comum.

Conquanto seja o tema amplo e multifacetário, por conseguinte difícil de ser circunscrito, é fato que as tentativas teóricas nesse sentido, se vêm manifestando ao longo dos últimos quarenta anos de forma freqüencial.

Aqui no Brasil, não há como negar, embora ainda longe de alcançar o nível desejável, a temática da velhice vem, aos poucos, tomando lugar não só nas pesquisas acadêmicas, mas também nas preocupações de institutos públicos e privados, entidades religiosas, associações de classes profissionais, etc.

Ainda que não expressivamente, no decorrer das duas últimas décadas, as discussões acerca do tema vêm assumindo maior relevância dentro da produção teórica das Ciências Sociais. A velhice passou a ser inserida nas análises referentes aos novos desafios que a sociedade está a enfrentar nesse início de milênio. Estudos e pesquisas vêm sendo realizados nos meios acadêmicos, mas ainda de forma pouco expressiva. A questão da velhice deixou de ser relegada completamente, porém não se pode afirmar se tenha tomado da importância que lhe é devida.

Referindo-se às limitações na discussão do assunto, Karch (*apud* Guimarães. 1996:75) destaca alguns aspectos condicionantes, quais sejam:

- o insatisfatório nível de teorização;
- o baixo volume de dados;
- a carência dos acervos bibliográficos;
- a ausência de intercâmbio entre núcleos de estudo;
- a formação deficitária de pesquisadores.

Nesse trabalho, mostra a autora ser necessário adotar-se medidas de intervenção, no sentido de melhorar o trabalho interdisciplinar e institucional, o que seria alcançável através da criação de bancos de dados, redes de informação, intercâmbio de produção e estudos comparativos regionais, transculturais e até internacionais.

Não obstante o surgimento de novas e complexas discussões suscitadas pelas pesquisas realizadas nas duas últimas décadas, é possível inferir-se que o debate atual continua marcado por duas formas antagônicas de pensar a velhice.

Numa é construído um quadro de pauperização e abandono a que é relegado o idoso, cabendo, sobretudo, à família o peso dessa situação. Noutra, os idosos são apresentados como seres ativos, capazes de enfrentar os desafios do seu cotidiano, com isto contrapondo-se aos estereótipos arquitetados em torno da velhice.

Na opinião de Debert (1998:45), um e outro modelo merecem ressalvas. O primeiro porque referenda os estereótipos de dependência e passividade total da velhice, legitimando as políticas públicas que ao invés de assistirem ao idoso por razões de direito, o fazem sob uma visão assistencialista/clientelista. O segundo modelo é também passível de questionamento porque renega a própria idéia de velhice e desconsidera o princípio de que a idade é um definidor das experiências vividas e, desse modo, acaba fazendo coro com os discursos interessados em transformar o envelhecimento em um novo mercado de consumo, prometendo que a velhice pode ser eternamente adiada através da adoção de estilos e formas de consumo adequados. Ora destaca-se a pauperização, o abandono do idoso pela família ou pelo poder público, assim como a estigmatização imposta pelas condições nas quais é visto como incapacitado, senil e passivo ante as políticas governamentais; ora mostra-se o idoso como detentor do seu próprio querer, portanto com autonomia para enfrentar os desafios da idade, chegando esse modelo a negar à idéia de velhice, através da ocultação ou promessas de retardamento das marcas envelhedoras.

A indústria estética e a cultura do consumo enquadram-se-iam nesse segundo modelo ao estimular a preservação do corpo, o combate à deteriorização física, vendendo a idéia de que os cosméticos, a ginástica, o consumo exagerado das vitaminas e outros componentes orgânicos podem afastar de todo o

envelhecimento e levar à conquista da eterna juventude dentro do padrão de aparência e beleza desejáveis.

A vastidão da problemática do idoso, que vai desde as suas potencialidades e limites, tanto de caráter material, como espiritual, até à dinâmica plural do ser-criatura e criador do processo histórico-social, como já foi dito, torna difícil circunscrever a velhice, tal a multiplicidade de elementos constitutivos do fenômeno e que, segundo afirma Magalhães (1989:16), emergem da dinâmica demográfica, dos modelos de produção econômica, da estrutura e organização dos grupos sociais, dos valores e padrões culturais vigentes, das ideologias correntes e dominantes e das relações entre Estado e sociedade civil.

Com as transformações sociais decorrentes da visão histórico-econômica, em face da qual a riqueza do Estado não mais se restringiria aos recursos da natureza e sim à qualidade da população, ao homem foi imputado o conceito de sujeito/objeto de produção, reprodução e acumulação de riqueza. É essa representação dimensional da existência que vem dominando a mentalidade ocidental nos últimos séculos, em cujo âmbito o idoso ocupa um espaço marginalizado, visto ser considerado uma individualidade sem potencial produtivo, portanto sem valor social.

Através das leituras procedidas antes e durante a elaboração deste trabalho, foi-nos possível depreender que, até a década de 70, a maior parte dos estudos defendia a hipótese de que a velhice homogeneizaria as experiências vivenciais e desse modo os problemas dela decorrentes, de tão presentes e semelhantes que são, minimizariam as diferenças de classe, de raça ou quaisquer outras. Este período é também marcado por duas correntes de pensamento: a teoria

da atividade e a teoria do desengajamento. Apesar do ponto comum de convergência entre ambas, que é o interesse em compreender como se dá o ajustamento pessoal às perdas da velhice, elas diferem no entendimento. A primeira considera mais felizes os idosos que encontram atividades compensatórias, permanecendo ativos; a segunda defende que o desengajamento voluntário das atividades representa a chave do envelhecer bem sucedido.

Diante desse valoriza/desvaloriza somos levados a concluir que, apesar da derrubada sucessiva dos tabus, a velhice permanece pouco considerada como objeto de análise e pesquisa no seu aspecto social.

Tal dualidade de referências, seguida por outros posicionamentos que também diferem entre si, indica e sugere aos pesquisadores a necessidade de abordagens junto ao próprio segmento envelhecido da sociedade para descobrir esse ou aquele enquadramento nas análises e discussões, nos conteúdos teóricos que tratam da questão, e assim finalmente alcançar respostas às suas inquietações em torno da problemática.

Nas fontes consultadas, encontram-se reclamações da carência bibliográfica, da falta de clareza na sua conceituação, identidade e delimitação temporal, como se vê em Minayo (1998:114).

Os estudos sobre o homem mantêm predileção pela infância e adolescência, enquanto a atenção dispensada à velhice resume-se a limitadas experiências, embora se deva considerar o avanço de estudos sobre a velhice, ainda que em nível não satisfatório.

A propósito, Loureiro (2000:19) questiona:

Infância e adolescência talvez sejam mais simpáticas como fenômenos e pesquisas, por envolverem a evidência da esperança no porvir - havendo o esquecimento de que, o mesmo homem, menino da pele rosada, de anteontem, homem adulto de articulações fortes e rigidez muscular de ontem, pleno de alegria e vigor é hoje o homem velho, que contudo continua ainda um homem e como tal precisa ser considerado [...]

Desde a antiguidade até hoje, a aceitação ou negação da velhice varia de cultura para cultura e também de uns para outros pensadores. Como procederam outros autores, Bosi (1994) lembra que “quando se vive o primado da mercadoria sobre o homem, a idade engendra desvalorização, tornando comum o voltar as costas do jovem que aprendeu ao velho que ensinou”.

A autora reclama por “políticas eficazes” e “positividade nas políticas sociais”. Perguntamo-nos: a que distância se encontra a população idosa brasileira dessas condições? Tal pergunta é inevitavelmente forjada nas discussões da temática, haja vista que grande parte dos estudos disponíveis sobre a questão do idoso e por nós acessados, excetuando-se os de caráter não científico, - que mais propagam o otimismo particularizado do idoso e o esforço pessoal de cada um no enfrentamento da velhice - além de refutar a homogeneização, referem em suas análises a ineficácia das políticas de previdência, seguridade e assistência ao idoso, condições irrevogáveis ao direito de bem envelhecer que deve ser concedido a todos os cidadãos.

Lamentavelmente, não se pode deixar de afirmar que, apesar do crescimento da rede pública de assistência social em âmbito federal, estadual e municipal, ainda não se priorizam as políticas de proteção ao idoso, apesar de reconhecidas legalmente como um direito obrigatório. Continuam um direito subjetivo

concedido sob os critérios da incapacidade e da miséria, por conseguinte não assegurado pela condição de cidadania.

Numa espécie de conclamação, Loureiro (2000:30) aponta para a necessidade de romper com o ciclo da desvalorização em que permanece o velho brasileiro, denominando de indecente a forma como é tratado. E estende suas considerações, acentuando que após a aposentadoria o velho “vive a tragédia das privações mais elementares, depois de ter percorrido o caminho do trabalho e construído o coletivo que quase nada lhe devolve oficialmente”.

É possível observar que os estudos elaborados numa perspectiva de cientificidade, não diríamos unanimemente, mas na sua grande maioria, afirmam ser a própria sociedade que cadencia a idéia de velhice e leva os velhos a se aceitarem no desvalor; a se aceitarem na condição de indivíduo diminuído. Noutras palavras, a sociedade não atribui ou não permite ao idoso outro papel que não o de refogado, incapaz de produzir, enquadrando-o numa visão estereotipada, diante da qual é considerado e por isso passando a viver de acordo com as possibilidades que a situação do momento e do lugar lhe concedem.

A questão social do idoso, conforme pode ser observado na prática cotidiana e comprovado na literatura pertinente, é séria e está a exigir a busca imediata de um novo paradigma de entendimento, proteção e valorização da velhice, assim também a constituição de um referencial teórico que venha a contribuir para a superação do problema, através de ações críticas que possam suscitar a adoção de renovadas políticas públicas de proteção e valorização do idoso.

Tratando do assunto sob a ótica das Representações Sociais, Santos (1996:59) afirma que a preocupação governamental nesse sentido só se traduzirá

em políticas eficazes, dependendo da positividade das práticas sociais dos diversos atores que interagem com o sujeito idoso e, completando, respalda-se no pensamento de Augé (1999) para acentuar que os sentidos sociais se concretizam nos enunciados particulares que vão desenhar as interações consideradas normais entre as pessoas na vida social.

Um aspecto da velhice de grande complexidade é a definição da idade em que o ser humano deva ser classificado como velho. Isto porque do ponto de vista biológico, a velhice é um fato universal, mas do ponto de vista social sofre variações de acordo com a sociedade e o contexto em que se processe. O que significa dizer: as representações da velhice, assim como os tratamentos e os cuidados dispensados ao velho, são produzidos e determinados pela sociedade nos seus respectivos contextos sócio-políticos e culturais.

Autores como Martins (1991) e Mercadante (1998) propõem que os idosos sejam pensados e analisados dentro de uma concepção 'kairós', isto é numa perspectiva humana e não puramente numa concepção 'cronos' que determina a vida de forma segmentada em anos, meses, dias e horas. Enfim, "romper com o entendimento de velhice como estigma e pensar no velho como um sujeito pleno de desejos e também sujeito de seu próprio destino" (Mercadante, 1998:29).

1.1 A Multiplicidade Conceptual do Fenômeno

Pergunte-se qual o mais adequado conceito para designar com maior precisão a pessoa que está no ciclo da existência humana considerado processo de

envelhecimento, e observar-se-á que as respostas variam, assim acontecendo também nos discursos políticos e nas abordagens literárias, científicas ou não.

Algumas referências ao envelhecimento do homem são quase tão antigas quanto a humanidade. Dentre outras, esta é uma das situações humanas que tomaram lugar nas perquirições de alguns pensadores já nos primórdios da civilização. Hipócrates¹, por volta de 2.500 A.C, aludiu ao fenômeno, indicando-lhe como início a idade de 46 anos, marco, até hoje, não de todo definido, por isto voltando, de quando em quando, à discussão nos Institutos de Medicina e Biofísica de vários países, não obstante o Conselho Mundial de Saúde estabeleça como início da velhice a idade de 60 anos.

Passando-se ao exame da literatura disponível, pode-se ter uma idéia evolutiva desses conceitos, nem todos contemplantes do caráter multifacial do fenômeno.

Conceitos são operações mentais focalizando determinados aspectos dos fenômenos e que refletem certo ponto de vista a respeito da realidade. Tal ponto de vista representa uma interpretação cristalizada, que se funda num campo de valores construídos historicamente e que se transformam (também historicamente) pela dinâmica dos valores e das culturas que enunciam estas concepções.

Durante vários séculos, a velhice foi considerada um estado patológico. Esta a razão pela qual, segundo os registros históricos, as primeiras investidas na exploração do assunto tiveram como pioneiros estudiosos da Medicina, a começar com Galeno² que no século II teorizou sobre as funções fisiológicas do idoso e suas idéias foram parafraseadas por tempos e tempos afora. A velhice continuou mal

¹ BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p.23.

² Idem.

conhecida e pouco estudada durante vários séculos, embora registre a História, interesses esparsos de filósofos e pintores antigos em torno do assunto. Tem-se notícia de que Aristóteles e Da Vinci³, seguindo o pensamento da época, chegaram a produzir alguns tratados, também mostrando a velhice como doença. No alvorecer do século XI o médico Avicena⁴, discípulo de Galeno, apresenta um trabalho sobre os males crônicos e mentais do idoso. Entre os séculos XIII e XVII, os escritos sobre o envelhecimento passam a surgir com maior frequência. França, Alemanha, Itália, Rússia e Áustria foram os países onde mais se estudou o fenômeno, sempre à luz da medicina. Datam desse período as obras de Fischer e Morgagni⁵ que tratavam da involução senil dos órgãos na velhice. Nessa época, por toda a Europa, fundam-se asilos que recebem uma enorme quantidade de velhos. Há quem diga que isto oportunizou a colheita de um maior número de dados informativos, mais tarde transformados em trabalhos especializados, ainda considerando a velhice como uma patologia, pensamento que se arrastou até o limiar do século XIX. É a partir desse século que a Geriatria, sem levar este nome, começa a existir (Beauvoir, 1990:28).

Somente por volta de 1930, quando o mundo despertava para o desenvolvimento de pesquisas em Biologia, Sociologia e Psicologia, o fenômeno da senescência tomou-se de maior significação e as suas abordagens, transferindo-se para além do plano individual ou simplesmente terapêutico, alcançaram um sentido político, passando a velhice a ser encarada também sob a ótica sócio-cultural.

Quanto às formas de tratamento dispensadas ao velho por todo esse período histórico, impossíveis de serem aqui mencionadas, tal a diversidade e extensão dos informes, além de não constarem dos propósitos por nós delineados,

³ BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p.23.

⁴ Idem.

⁵ Ibid. p.24.

diríamos apenas que iam da veneração, do respeito, ao desprezo, ao sacrifício da vida promovido pela própria família.

Atualmente, é sem dúvida uma questão que mobiliza o mundo inteiro, principalmente em vista do expressivo crescimento da população idosa, em todos os países, inclusive o Brasil, até pouco tempo considerado um país de jovens, hoje próximo a tornar-se um país de velhos. Segundo previsão do IBGE (1996) chegar-se-ia ao fim do século passado com um total de 8.658.000 idosos, ou seja, 1 em cada 20 brasileiros atingira a idade de 65 anos. A estimativa para o ano 2020 é a de que alcançaremos um total de 16.224.000 velhos em todo o país, o que corresponderá a 1 idoso para cada grupo de 13 brasileiros.

Hoje, sabe-se mais sobre a velhice; descobrem-se a cada passo fórmulas medicinais para o rejuvenescimento; multiplicam-se os tratamentos preventivos às doenças da terceira idade, mas ainda não seria possível concluir que essas alternativas e outras de feição social e política com vistas à assistência e ao atendimento de suas necessidades essenciais venham alcançando a eficácia requerida ou pelo menos razoavelmente satisfatória.

É preciso, entretanto, dizer que a velhice é um tema de há muito referenciado, não tendo escapado ao interesse dos estudiosos e clássicos antigos, cujas manifestações já demonstravam a discrepância que até hoje se arrasta, quanto ao seu limite inicial, conforme se vê da citação abaixo:

Sábios, filósofos, escritores situam geralmente o apogeu do indivíduo no meio de sua vida - Segundo Hipócrates, ele o atinge aos 56 anos. Aristóteles crê que a perfeição do corpo se completa aos 35 anos e a da alma aos 50. Segundo Dante, chega-se à velhice aos 45 anos. Alguns dentre eles consideram a própria velhice como a época privilegiada da existência: ela traz, pensam eles, experiência, sabedoria e paz. A vida humana não conheceria o declínio (Beauvoir, 1990:20).

Na literatura atual, um aspecto a destacar é que alguns autores, nas suas conceituações enfatizam mais os desgastes psíquicos, embora seja irrecusável a diversidade no grau e no desenvolvimento dos desgastes psicossomáticos entre os idosos, o que elimina a possibilidade de uma padronização.

No plano psíquico, o envelhecimento não se dá linearmente, pois não se produzem, após a maturidade, sinais de declínio de todas as funções psicológicas. Algumas funções como cognição, memória e atenção, ou seja, aquelas estreitamente dependentes da fisiologia, podem de fato obedecer ao padrão biológico de involuir. Outras não involuem, pelo contrário evoluem. Nessa perspectiva, podemos citar as emoções, a sabedoria e a experiência. O psiquismo pode não involuir, ao contrário do corpo, sobre o qual há uma irreversibilidade. Portanto, a velhice, pelo menos do ponto de vista de uma abordagem biopsicossocial, não pode ser encarada apenas como uma fase de declínio e perdas no ciclo de vida (Bacelar. 1999).

Inúmeras são as conceituações que afirmam ser a velhice uma categoria produzida pela sociedade e que fatores não biológicos marcam o ritmo, as funções, a natureza e as imagens do envelhecimento.

Segundo Belo (1985), as diversas faixas etárias, além das características típicas de suas condições biológicas, correspondem a um status e um papel social determinado, variáveis de acordo com os modelos de sociedade e seus graus de complexidade, concluindo que, se a velhice humana ocorre em local, tempo e cultura diferentes, o status do idoso é diversamente concebido em cada cultura, em cada sociedade e em cada época.

Na tradição ocidental, o conceito de velhice se constituiu na ideologia cientificista do Evolucionismo que dividiu o ciclo biológico da existência em faixas etárias bem definidas, indicando o período da velhice como época de regressão, momento da decadência existencial do ser humano.

Não são poucos os teóricos que ao conceituar a velhice destacam a multiplicidade de fatores que podem influenciar no ritmo e na forma processual do envelhecimento, a citar Magalhães, quando afirma que a idade biológica freqüentemente não coincide com a idade cronológica, nem com as construções sociais sobre a velhice, já que a medida cronológica é socialmente construída. E conclui:

Em cada sociedade e na mesma sociedade, em momentos históricos diferentes, a velhice e o envelhecimento ganham especificidade, papéis e significados distintos em função do meio ser rural ou urbano, da classe social, do grupo profissional e de parentesco, da cultura, da ideologia dominante, do poder econômico e político que influenciam o ciclo de vida e o percurso de cada indivíduo, do nascimento à morte (Magalhães, 1989:15).

Na verdade, é difícil estabelecer com precisão um limite etário para o início da velhice ou para a sua periodização, uma vez que existe uma variabilidade individual e social em relação à época em que as pessoas são consideradas, se declaram ou se comportam como velhas.

A imprecisão do termo velhice e a dificuldade de estabelecer limite ao processo do envelhecimento constituem aspectos da discussão geral sobre a questão do idoso. Em torno do assunto, acentua Veras (*apud* Bacelar, 1999:26):

Velhice é um termo impreciso, e sua realidade difícil de perceber. Quando uma pessoa se torna velha? Aos 50, 60, 65 ou 70 anos? Nada flutua mais do que os limites da velhice em termos de complexidade fisiológica, psicológica e social. Uma pessoa é tão velha quanto as suas artérias, seu cérebro, seu coração, seu moral ou sua situação civil? Ou é a maneira pela qual outras pessoas passam a encarar características que classificam as

peças como Velhas? Não é possível estabelecer conceitos universalmente aceitáveis e uma terminologia globalmente utilizável com relação ao envelhecimento.

Beauvoir (1990:265), ao comentar o descaso da sociedade para com o velho, assim questiona:

A situação das pessoas idosas nos tempos atuais é escandalosa... cada membro da coletividade deveria saber que seu futuro está em questão; e quase todos têm relações individuais e estreitas com certos velhos. Como explicar sua atitude? É a classe dominante que impõe às pessoas idosas seu estatuto; mas o conjunto da população ativa se faz cúmplice dela.

Uma alerta para o problema.

As sociedades contemporâneas estão passando por grandes e profundas transformações. Os modelos de soluções para os problemas sociais, em algum momento considerados eficientes, são hoje postos em questão. Agravam-se as desigualdades, recrudescem os estados de pobreza e desemprego, a fome e a miséria tomam lugar nos seios da população mundial, levando a crer que a própria modernidade está em crise, ou seja o movimento civilizatório está abalado. Uma nova noção de riqueza vem de ser imposta pelo sistema neoliberal globalizante e este, rompendo com o processo de evolução social que se vinha tentando instituir nos moldes do Welfare State cria novos “valores” e estabelece novas relações sociais entre países, classes e pessoas (Santos, 2000).

Assistindo à transmutação galopante da sociedade, vendo encolher-se suas possibilidades físicas e econômicas para uma sobrevivência digna, muitas vezes, nem a institucionalização - a “grande” medida, no pensar de alguns - lhe chega ao alcance, ficando demonstrada, assim, “a crescente incapacidade do Estado brasileiro em administrar uma Previdência Social que pudesse garantir

efetivamente a necessária assistência aos segmentos envelhecidos da nação” (Haddad, 1993:61), como aos demais.

Podemos considerar que o envelhecimento é um processo heterogêneo, complexo, suscetível a determinantes psicológicos e sócio-culturais. Seu conceito abrange múltiplos elementos, seja pela impossibilidade de separar os dados fisiológicos dos fatos psicológicos, seja porque inelutavelmente o seu destino é vivido segundo o contexto social. Trabalhando essa problemática, Magalhães (1989:16) afirma:

A velhice é uma invenção social, da mesma forma que a criança é um produto da revolução burguesa e industrial e sendo assim, a velhice e o idoso emergem da dinâmica demográfica, do modo de produção econômica, da estrutura e organização de grupos sociais, dos valores e padrões culturais vigentes, das ideologias correntes e dominantes e das relações entre Estado e Sociedade Civil.

No Brasil, as múltiplas realidades do idoso, delineadas de forma contraditória, ambígua e conflitante resultam dos condicionamentos macro e microsociais prescritos, em que naturalmente se insere o fenômeno da velhice excluída - a face cruel, anônima e silenciosa do envelhecimento vivido nas atuais condições de organização econômica do país (Magalhães, 1989:23). Evidente mente, a marginalização e o isolamento a que a velhice é submetida, faz o idoso sentir-se como “um imigrante perdido no tempo e no espaço”, completa o autor, inspirando-se em Margareth Mead.

Quanto às perspectivas de solucionamento das dificuldades vivenciais do idoso, grande parte dos teóricos condiciona-o a uma necessária e inadiável transformação do modelo econômico, a fim de que se lhes proporcione aposentadorias menos humilhantes, acesso a programas de saúde compatíveis às

suas reais necessidades e outros meios que facilitem a preservação de sua autonomia vital, o que se viabilizaria através de uma política de envelhecimento consciente e compartilhada pelo Estado e pela sociedade civil. O autor expande sua abordagem ao mostrar que o produtivismo e o consumismo têm a necessária força para destruir o antigo, desvirtuar a tradição e desvalorizar a memória e a lembrança - patrimônios únicos dos que atingem a velhice. Confirma a opinião de outros estudiosos quanto à assertiva de que a sociedade contemporânea não oferece oportunidade ao idoso para exercitar e ativar a lembrança, entendida por ele como elemento fundamental para o diálogo e a construção do pensamento - subtraindo-lhe, assim seu principal instrumento para continuar a existir psicológica e socialmente.

Em nosso país, é patente a desassistência de que é vítima o idoso pertencente às classes sociais menos favorecidas, em consequência principalmente da ineficiência das políticas previdenciárias, que terminam por institucionalizá-lo sem fornecer-lhe condições de uma sobrevivência digna, humana, jogando-o em asilos e abrigos que funcionam precária ou desonestamente. Canoas (1983:9) analisa principalmente entidades que trabalham com idosos, iniciando seus questionamentos com a denunciante afirmação: “algumas segregam o velho, outras o tratam como demente [...] e muitas ignoram o seu potencial humano”. Como principais categorias de análise a autora escolheu Trabalho, Classe Social, Cultura e Lazer, tomando-as como suporte ao entendimento das condições em que se encontra o idoso em relação a estes aspectos da vivência social. Seu pensamento prossegue com autenticidade abordando a política de institucionalização do idoso no Brasil: “o velho colocado em instituição é posto a vegetar, vai perdendo sua originalidade, sua vontade, sua capacidade de projetar o futuro, seu raciocínio, sua

memória etc. Ele está a parte do processo da vida” (p.18). Canoas mostra um elenco de medidas políticas do governo brasileiro dirigidas ao idoso, adjuntando análises críticas a respeito.

Expõe ainda, através dos resultados de uma pesquisa por ela realizada, as condições de idosos institucionalizados, sua cultura, seus problemas pessoais e suas insatisfações, concluindo com as seguintes palavras:

Nós diríamos que o asilo pode ser solução para a família que não sabe o que fazer com o seu velho; pode ser solução para as autoridades que vêem aumentar o número de velhos desesperançados, mas nunca será real solução para a pessoa idosa (Canoas, 1983:24).

Pesquisar, conhecer e estudar a condição humano-social do idoso impõe trabalhar os seus direitos de cidadão. Estudiosos das Ciências Sociais e Políticas, na sua unanimidade propugnam pelo deslanchar de ações concretas, visando a construção de uma cidadania efetiva e compatível com a modernidade em que se incluam todas as pessoas, sem distinção de classe, cor, faixa etária e outras.

Sawaia (1999:40) sugere para o velho de amanhã, uma educação para a cidadania, com efeitos sobre a subjetividade, para suscitar a adesão, a mobilização, a esperança, o querer sentir-se cidadão, tanto quanto para agir em defesa destes direitos, também no estado de velhice.

Bosi (1999:18) sob a égide da sentença: “ Os velhos não têm armas. Nós é que precisamos lutar por eles” , desnuda para o leitor uma discussão profunda em cima da opressão sob a qual vive o idoso. Na análise das narrativas dos seus entrevistados, a autora proclama o direito dos idosos de lembrar, de passar a outras gerações aquilo que lhe custou anos de aprendizado, enfim de participar através da

memória, - considerada por ela como um elemento socializador. Estabelece críticas à sociedade contemporânea que desrespeita os marcos históricos, desvaloriza as lembranças do idoso e por puro triunfalismo instaura um sentimento iconoclastico, por ela tomado como um desrespeito aos velhos, pois que os impossibilita de, através desses símbolos chegar à refacção do passado, do seu passado .

Sobre o direito do idoso de manifestar-se e salvaguardar suas referências pessoais através da comunicação oral, a autora faz menção às palavras de Ghigogne (1992:86), proferidas num Encontro Internacional, quando argumenta que:

Uma vez quebrada a cadeia de transmissão oral do saber, os jovens não terão mais acesso à sabedoria dos velhos, perdendo assim os laços que o ligam a civilização. E essa observação assume, em nossos dias uma relevância maior, pelo fato da escola lhes proporcionar, cada vez mais, uma cultura geral, universal e 'vaga'.

O silêncio que a sociedade impõe ao idoso, o monopólio da fala por parte dos mais jovens, a destituição do sentimento de pertença dificulta ao idoso a ressignificação dos seus valores e o reordenamento de correlações temporais. Este é um aspecto também relatado na literatura a que tivemos acesso e aqui registrada.

Vê-se, então, que a velhice sendo uma questão multifacetária, é passível de ser analisada sob os mais variados ângulos e nas mais diferentes realidades.

A produção acadêmica recente traz como característica marcante a tentativa de desconstrução da velhice como experiência homogênea, apontando a heterogeneidade dos sujeitos empíricos que essa categoria tende a englobar. Debert (1998:41), analisando a produção sociológica e antropológica a partir dos anos 60, aponta o tipo de revisão que as polêmicas por eles geradas operaram nos

pressupostos que orientaram as reflexões sobre o envelhecimento. A autora privilegia e descreve o processo de desconstrução da noção de velhice exigida pelo reconhecimento da heterogeneidade do fenômeno. Num ensaio que escreveu sobre o assunto, inserido na obra acima mencionada, toma como base estudos produzidos na Europa e nos Estados Unidos, imprimindo-lhes uma ordem datária que vai de 1960 a 1987, alguns a seguir referenciados:

Burguess (1960) afirma que nas sociedades industrializadas não foi previsto um papel específico para os velhos que, jogados ao abandono, passaram a ter uma existência sem significado.

Barron (1961) referindo-se ao mesmo período, descreve os velhos como minoria desprivilegiada, com renda baixa e baixo status, destino que ele entende como inevitável dentro das sociedades industrializadas.

Rose (1962) defende a idéia de que os velhos formam uma subcultura e têm um estilo próprio de vida que se sobrepõe às diferenças de classe sexo, ocupação e identidade étnica.

Cowgill e Holmes (1972), corroborando com a idéia de que o status social dos idosos nas sociedades tradicionais era mais elevado que nas sociedades modernas, apontaram uma correlação negativa entre modernização e participação, status e satisfação na velhice.

Podemos dizer que o pressuposto da homogeneidade no processo de envelhecimento, alheio às diferenças de classe, vigorou até a década de 60.

A produção acadêmica dos anos 70 revela a convicção de que é indispensável um olhar mais acurado sobre as transformações ocorridas em torno do

processo de envelhecimento durante o século XX, consensualmente observadas e acreditadas por estudiosos do assunto. Dentro dessas transformações podem ser destacados os seguintes aspectos: a expansão do sistema de aposentadorias e outras formas de assistência que vieram emprestar uma nova identidade ao idoso; a mudança de sensibilidade com relação à velhice associada à noção de marginalidade e solidão; o surgimento das práticas de lazer e dos serviços especiais para a melhoria das condições de vida do idoso num sentido mais abrangente.

A hipótese de que a velhice seja uma experiência homogênea e universal, no decorrer das últimas décadas tem sido reconsiderada por alguns estudiosos, dando lugar a uma visão de heterogeneidade, fazendo surgir uma série de pesquisas preocupadas com a definição de instrumentos avaliativos da qualidade de vida da população idosa, considerando as diferenças de classe, de sexo, de localização e étnicas.

Nesse sentido, Santos (1996), em trabalho produzido com o objetivo de analisar as representações sociais da velhice experimentada na zona rural e sua influência sobre a identidade do idoso, rompe com a tendência acadêmica existente no Brasil de restringir o estudo da velhice ao âmbito das sociedades urbanas.

Começa referindo-se a um estudo desenvolvido por Diop (1989:102) sobre a condição dos idosos nas sociedades africanas, transcrevendo uma afirmativa do autor assim expressada: na maioria das sociedades africanas a idade avançada representa mais sinal de benção divina do que um momento de decadência física e moral. E continua a autora dissertando sobre o conteúdo desse trabalho que, segundo nos foi dado apreender, mostra a posição privilegiada dos idosos nessas sociedades, onde são tidos como responsáveis pelo patrimônio

familiar, cabendo-lhes, também, importante papel no processo de socialização das crianças e no que diz respeito ao repasse de costumes e tradições. Revela esse mesmo autor que a industrialização dos países africanos estaria desarticulando a velha tradição fundada na solidariedade, na senioridade com reflexos sobre a estrutura da economia rural e sobre as relações políticas, que abriram espaço para a elegibilidade de homens a partir de vinte e um anos para cargos de poder, reduzindo, conseqüentemente, a autoridade dos velhos. Quadro que vem a corroborar com o posicionamento de estudiosos já aqui mencionados, segundo os quais o velho é um construto da sociedade.

Neri (1998:41), autora de vasta bibliografia sobre o idoso, ao elaborar uma importante resenha acerca de atitudes em relação à velhice, levanta alguns questionamentos sobre os estudos interculturais. Na sua opinião, dessas pesquisas decorrem “posicionamentos acríticos” que dão lugar a uma “visão ingênua ou romântica do idoso nas sociedades pré-industriais”.

Do trabalho de Santos (1996) é possível extrair algumas inferências sobre a representação da velhice no meio rural do nordeste brasileiro, tais como: a maioria dos sujeitos pesquisados refere-se ao envelhecimento como um período de perdas que impedem o continuar de suas atividades físicas cotidianas; a velhice é apreendida e explicitada na medida em que é concretizada no corpo, sendo este o elemento concreto da natureza em que se torna objetivo o estado físico e psicológico do envelhecer; as perdas e o declínio físico são vistos como um processo natural - entendido como lei da natureza e vontade de Deus. Se alguém não sobrevive, é a vontade de Deus; se alguém atinge idade avançada é a graça de Deus, assim crêem os sujeitos de sua pesquisa; a aposentadoria, face ao

analfabetismo reinante e a conseqüente desinformação, nem sempre é requerida, mas ela representa ascensão econômica. A inatividade é interpretada como final de existência e os que alcançam esse benefício vêem-no como um presente do governo; o idoso da zona rural mantém relações de afeto com a família e com os amigos, o que lhes afasta a ameaça de solidão e isolamento. “A gente tem sempre alguém da família para ajudar. E se não tem família, tem os amigos e os vizinhos”, afirma um entrevistado.

A autora mostrou, ainda, a existência de vários elementos comuns entre os sujeitos idosos e não idosos no tocante à representação social da velhice, com frequência diversificada nos variados grupos, o que sugere novas formas de organização das imagens sobre a velhice. Concluindo, escreve Santos: “O estudo das representações sociais revela alguns elementos importantes para compreensão das construções sociais sobre a velhice e a apropriação que o sujeito faz dessas construções” (1996:79).

Reafirmando a dificuldade de definir a velhice, mesmo limitando-a aos aspectos biológicos, Brito (*apud* Barros, 1981:11), destaca como eixo dessa dificuldade o fato de serem os indivíduos ao mesmo tempo semelhantes e diferentes. Nem as idades aproximadas, nem a contemporaneidade de geração garantem características idênticas. Referentemente às relações de gênero, afirma que a condição de idade afeta de forma diferente homens e mulheres, tanto quanto indivíduos de grupos e classes sociais diversificadas. Reforçando seu pensamento, faz alusão a estudos realizados no Brasil que demonstram a especificidade de gênero na situação de velhice, ratificando ela própria que na visão geral da sociedade, a velhice nas mulheres é duplamente insignificante.

A propósito deste enfoque, Barros (1981:13) escreve:

Ao homem velho se dá uma atenção maior, na medida em que se percebe a aposentadoria como uma mudança radical de vida - uma passagem de um mundo amplo e público para um mundo doméstico e restrito [...] A mulher, na velhice, está no último estágio de um continuum sempre ligado à esfera doméstica.

Brito (*apud* Barros, 1981) refere-se à diferença entre as representações femininas e masculinas quanto à idéia de liberdade. As pesquisas revelam que grande número de mulheres da classe média vêem a etapa de sua velhice como a mais tranqüila e livre de suas vidas, o mesmo ocorrendo com mulheres de bairros populares que também identificam a velhice como um momento de liberdade. Já os homens, ao pensarem na aposentadoria como uma boa fase de vida, estão aludindo à independência econômica, ao tempo para o lazer.

A mulher velha, por ter vivido continuamente desempenhando as lides domésticas, submetidas a uma vida social mais restrita e reprimida que a dos homens, imagina a velhice como a eliminação dessas restrições, como o momento de alcance da liberdade, assim afirma Brito nas análises de suas pesquisas.

Nas diversas conceituações que a literatura pertinente nos mostra é observável a sobrelevância de alguns aspectos sobre outros, denotando a multiplicidade de ângulos sob os quais é vista e analisada a questão por teóricos e estudiosos do assunto. E sendo as representações sociais formadas e transformadas dentro de uma determinada realidade social, essa divergência revela que a velhice é concebida sob a influência das ideologias, das estruturas e dos interesses da sociedade.

Há conceituações que se amparam predominantemente nos preceitos datários, temporais, como se vê na afirmação da Dra. Hana Hermanova (1982. *apud* Haddad, 1986:25), especialista da Organização Mundial de Saúde (OMS):

Os que estão envelhecendo são aqueles que, depois de terem passado por um período de crescimento e maturidade, entram numa fase que tem sido chamada pelos franceses de *troisième âge* ou terceira idade. Envelhecer é uma fase normal da vida humana e deve ser considerada como tal [...] Para propósitos de elaboração de normas e legislação, utiliza-se uma definição cronológica que coloca o umbral da velhice nos 60.

Os tempos mudam, a civilização avança e as formas de vida, conseqüentemente, se transformam. Para entender-se a questão da velhice, faz-se necessário contextualizá-la.

Beauvoir (1990) deixa transparecer essa preocupação ao considerar que o momento inicial da velhice varia de acordo com épocas e lugares, não podendo assim o fenômeno ser compreendido, senão diante da sua totalidade que inclui aspectos bio-psico-sociais. No seu entender, é no movimento indefinido dessa circularidade que se deve apreender a velhice:

Ela é um fenômeno biológico: o organismo do homem idoso apresenta certas singularidades. A velhice acarreta, ainda, conseqüências psicológicas: certos comportamentos são considerados, com razão, como característicos da idade avançada. Como todas as situações humanas, ela tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua própria história. Por outro lado, o homem não vive nunca em estado natural; na velhice como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade a que pertence. Enfim, a sociedade, destina ao velho seu lugar e seu papel levando em conta sua idiossincrasia individual: sua impotência, sua experiência; reciprocamente, o indivíduo é condicionado pela atitude prática e ideológica em relação a ele (Beauvoir, 1990:15-17).

Padronizar a velhice homogeneizar os seus aspectos contraria fatos, nega diferenças e impõe um tratamento massificante da questão, diante de que o velho é

visto como coisa e não como cidadão portador de direitos pessoais e sociais inalienáveis.

Pela variação nas formas de entendimento dos estudiosos e teóricos do assunto, constata-se que não há uma unanimidade, nem na definição do limite inicial da velhice, nem na abrangência dos conceitos. Nalguns desses estudos, apenas critérios subjetivos são enfatizados, como se detecta nas palavras de Ávila (*apud* Haddad. 1983:26):

O Velho sadio não é psicológica nem fisiologicamente velho. O que caracteriza a velhice não é a quantidade de anos vividos. Nem é o estado das artérias... o que caracteriza a velhice é a perda dos ideais da juventude, é a dessintonização com a mentalidade do seu tempo, é o desinteresse pelo cotidiano nacional e internacional, é o humor irritadiço, é a desconfiança no futuro, o desamor ao trabalho (Ávila, 1978:9,25).

Observe-se que somente os aspectos biológicos e psicossomáticos foram destacados, como se o idoso não fosse parte de uma realidade; não convivesse em grupos, não fosse um ser social com necessidades particulares e direitos políticos.

Todo esse percurso bibliográfico ao redor do envelhecimento e suas formas de representação indica-nos que a velhice é significada diferentemente pelos indivíduos de acordo com as determinações culturais, com a história de vida dos sujeitos e sua potência criativa na relação com o mundo e com os outros, o que vale dizer: a velhice é representada dentro da relação indivíduo/sociedade.

CAPÍTULO II

OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1 O Enfoque Teórico

Muitos estudos na área das Ciências Sociais e Humanas têm priorizado a matriz teórica das representações sociais para a apreensão e entendimento dos modos em que as pessoas elaboram seus conceitos, suas explicações, sua visão de mundo, enfim como se dá a relação de suas construções simbólicas com a realidade.

A análise das formas de pensamento, a construção do real e a dinâmica de articulação dessas formas nas práticas cotidianas dos idosos pesquisados constituem o interesse fulcral deste trabalho, conforme mencionamos anteriormente. Daí porque, noções de representações sociais se fazem aqui reclamadas, porquanto seja este o referencial teórico pelo qual optamos para compreender o significado da velhice dentro do contexto sócio-cultural em que se insere o sujeito da pesquisa.

O idoso, como diz a literatura e comprova a prática cotidiana, carrega em si uma maior possibilidade de trabalhar e evidenciar suas próprias imagens. É que no movimento das suas lembranças “há sempre a busca da realidade já esmaecida no tempo e a idealização dessa realidade que a transforma e recria constantemente” (Novaes, 1997:114).

Além disso, na trajetória de uma vida estão presentes experiências, desejos, sofrimentos, conquistas, frustrações e utopias, residindo aí, no conjunto

desses aspectos, a singularidade de cada um, dentro da qual ocorrem os processos de analogias e associação, inda mais quando se viveu uma existência prolongada.

Segundo Bourdieu (*apud* Gondim, 1999:51), “o real é relacional”, ou seja, só se pode conhecer e compreender a realidade, se esta for considerada a partir de um espaço no qual se encontre inserida, impondo características especiais aos agentes sociais que dela participam.

Uma das formas viáveis para se alcançar a compreensão de situações da vida humana, apreendendo não apenas a sua complexidade, mas, principalmente, as suas diversas manifestações - caminho por onde o conhecimento científico a respeito do cotidiano e sua recriação, certamente, chegam ao aprimoramento - seria partir-se do princípio de que as falas e as formas de agir desses atores advêm dos significados que as teias de relações estruturais lhes permitiu construir, porquanto seus esquemas mentais são subordinados ao meio em que vivem, embora essas representações também exerçam influência sobre o meio.

É tarefa do pesquisador integrar-se ao conhecimento teórico e à interpretação dos fenômenos, desta forma aproximando-se de sua essencialidade, a fim de que dessa proximidade do pesquisador com a realidade possam surgir resultados consignáveis na elaboração das idéias, no levantamento de hipóteses, na conclusão e na possibilidade de intervenção.

Na pesquisa social é preciso considerar, portanto, que o objeto “não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas propriedades” (Bourdieu *apud* Martinelli, 1999:58).

Pela própria forma como a sociedade é organizada, as experiências particulares e interindividuais, por estarem ligadas a fatores histórico-culturais e circunstanciais, tornam-se diversificadas no curso da vida e portanto no envelhecimento.

Através das representações sociais é possível detectar-se os valores, a ideologia, as contradições, enfim os aspectos fundamentais para a compreensão do comportamento humano.

No dizer de Souza Filho (1995:13), a tarefa básica de um estudo de representações sociais é explicitar elementos de sentidos isolados ou combinados em construtos representacionais produzidos, mantidos e extintos em função das condições sociais específicas, vividas por indivíduos e grupos.

Repensando o que foi assinalado anteriormente, podemos afirmar que a decisão de tomar as representações sociais como suporte teórico deste trabalho encontram suas razões nos seguintes aspectos: o fato de ser esta teoria considerada como um instrumento de reconhecida validade no trato e compreensão da complexidade, das dicotomias e até das supostas incoerências surgidas no processo de conhecimento que tem como pressuposto os efeitos do cotidiano em sua elaboração; e depois, por verificar que essa teoria há contribuído para a compreensão dos fenômenos relacionados à velhice e ao idoso, em todos os seus aspectos, o que a fez se tornar num eficaz instrumento de pesquisas acerca do assunto. As representações sociais, como matéria de estudo, são consideradas importantes pelas mais diferentes correntes de pensamento e nas mais diversas épocas.

Minayo (1995:90) afirma que: “Do ponto de vista sociológico, Durkheim é o primeiro autor que trabalha o conceito de Representações Sociais”.

Utilizando o termo Representações Coletivas, Durkheim refere-se a categorias de pensamento sob as quais determinada sociedade constrói e expressa sua realidade. No seu entender, as representações, umas mais que outras, exercem sobre nós uma pressão coercitiva de atuação, num determinado sentido. Leiamos o próprio autor:

As representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia precisamos considerar a natureza da sociedade e não os indivíduos [...] (Durkheim. 1978 *apud* Minayo, 1995:91).

Destaca, ainda, Durkheim que as categorias de pensamento não são universais na consciência, nem são dadas aprioristicamente, mas surgem unidas aos fatos sociais, transformando-se elas próprias em fatos sociais observáveis e interpretáveis.

Weber é outro expoente da Sociologia Clássica que também trabalha as noções de interdependência entre a realidade social e as formas individuais de pensamento. Na sua concepção, a vida social é marcada por uma significação cultural que é imposta, não só pelas idéias, mas, também, pela base material, aspectos que se condicionam mutuamente. Atribuindo importância distinta à noção de visão de mundo, aqui incluídas as formas de encarar o tempo, o espaço, o trabalho, o sexo e os papéis sociais, construídas pelos grupos dominantes e que perpassam por outros grupos de determinada sociedade, o autor chama a atenção para a importância de se pesquisar as idéias como parte da realidade social e para a

necessidade de se compreender a que instâncias do social um determinado fato deve a sua maior dependência (Minayo, 1995:94).

Atualmente, é consagrada como nascedouro da teoria das representações sociais a obra *La Psychanalyse: Son image et son public* de Serge Moscovici, a quem é atribuído o mérito de pioneiro na teorização das representações sociais. Nesses estudos, Moscovici faz um resgate do conceito sociológico de representações coletivas desenvolvido por Durkheim, mas opta pela mudança do termo 'coletivo' por 'social', com o propósito, “de realçar o dinamismo social que existe no âmago da representação, impregnando a vida afetiva e intelectual dos indivíduos de uma sociedade” (Minayo.1995:61) .

Consultando a bibliografia a que tivemos acesso, observamos a produção de inúmeros conceitos de representação social. Julgamos que para os propósitos deste trabalho é suficiente firmarmo-nos no pensamento de Moscovici.

Consta da obra de Pereira de Sá (1996:30), que o autor resistiu, em alguns momentos, à formulação de um conceito definitivo, acabado sobre as representações por julgar que uma tentativa nesse sentido terminaria resultando na redução de seu alcance conceitual, por vezes afirmando que “se a realidade das representações é fácil de captar, o conceito não o é”.

Entretanto, num dos seus inúmeros comentários sobre o significado das Representações Sociais, Moscovici (*apud* Jovchelovitch. 1995:65), apesar da resistência referida, sugere uma coleta de noções explicativas extraídas dos campos cognitivo e cultural, para compor o seu entendimento a respeito:

Por representações sociais, entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana, no decurso das comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade,

aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (Moscovici. 1981:81).

Quanto à estrutura da representação, Moscovici (1976. *apud* Sá.1996:31), estabelece três dimensões: informação, campo de representação ou imagem e atitude, assim definidas:

1. A informação se refere à organização dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social;
2. O campo das representações remete à idéia de imagem, de modelo social, ao conteúdo concreto e limitado das proposições acerca de um aspecto preciso do objeto da representação;
3. A atitude termina por focalizar a orientação global em relação ao objeto da representação social.

Conferindo a esta última dimensão uma importância crucial, o autor destaca o seu caráter freqüencial e acentua ser “razoável concluir que as pessoas se informam e representam alguma coisa somente depois de terem tomado uma posição e em função da posição tomada” (op.cit.32).

Na sua concepção, as representações sociais são radicadas nos locais de convivência, nas várias mediações da vida, enfim nos espaços em que os sujeitos se encontram para dar sentido ao cotidiano, considerando, ainda, a prática comunicacional entre os sujeitos, como o objeto mais importante no fenômeno das representações sociais.

A pesquisa em torno das representações sociais já se desenvolveu o suficiente para produzir um campo próprio de discussão, onde se pode apanhar

materiais importantes para a compreensão nítida e clara da experiência existencial, ou seja, da realidade vivida e representada. Através delas é possível detectar-se os valores, a ideologia, as contradições e finalmente os aspectos fundamentais para compreensão do comportamento social, dada a sua composição polimorfa em que estão presentes elementos variados do ambiente social, material e ideal, aí ocorrendo sua cristalização, a qual se opera nos processos cognitivos, nas crenças, no senso comum, na visão de mundo, nos juízos de valor, nos costumes, etc.

Destaque-se que a fala, por ser o símbolo maior da comunicação humana, constitui um elemento importante na identificação e nas análises das representações sociais, visto que o discurso representa o pensamento e revela também as condições estruturais, os sistemas de valores, a introjeção de normas, costumes, símbolos, além de transmitir, através de outro porta voz, as diversas representações de grupos determinados, dentro de condições sócio-econômicas e culturais específicas.

A propósito, afirma Moscovici que o objeto mais importante das representações sociais é a prática comunicacional entre os sujeitos, pois elas são geradas nas próprias interações e comunicações cotidianas.

2.2 Dos Instrumentos da Pesquisa

Para apreender as representações elaboradas e articuladas pelo sujeitos em torno da velhice de um modo geral e também relativas às formas como se vêem representados pela sociedade, optamos pela pesquisa qualitativa, em razão de que

esse tipo de abordagem “muito mais do que descrever um objeto, busca conhecer trajetórias de vidas e experiências sociais dos sujeitos da pesquisa” (Martinelli, 1999:22).

As pesquisas qualitativas são validadas pela quantidade de observações efetuadas, pela constância de dados e pela possibilidade de estender as conclusões a outros contextos. E por mostrarem esses dados tipos de fenômenos que não se restringem às percepções sensíveis e aparentes, mas manifestas em uma complexidade de oposições, de revelações e ocultamentos, é preciso ultrapassar sua aparência para descobrir sua essência.

Esta é uma forma de pesquisa que deixa de lado a verificação da regularidade para se dedicar à análise dos significados que os indivíduos dão as suas ações, no espaço em que constroem suas vidas e suas relações. Dentre as técnicas utilizadas pela pesquisa qualitativa destaca-se a Análise de Conteúdo que “tem como instrumental qualquer tipo de mensagem, formas de expressão dos sujeitos sociais e como produto um conhecimento não linear [...]” (Setúbal *apud* Martinelli, 1999:36), porque sua derivação se dá pela observação social do objeto de estudo, em que o tempo e a circularidade da comunicação são considerados significativos.

O termo análise de conteúdo originou-se nos EEUU, por volta de 1915, através de um trabalho de cunho sócio-analítico realizado por H. Lasswel, posteriormente revisto e publicado em 1927. Hoje a expressão é usada para representar uma das formas de tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa. Constitui-se numa forma especial de olhar para as comunicações e que,

dependendo da postura teórica, política e cultural do pesquisador, poderá conduzir a um conhecimento, diz Setúbal (*apud* Martinelli, op. cit.).

A análise de conteúdo é definida por Bardin (1977:42) como

um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Na busca dos dados, utilizamos a entrevista semi-estruturada, por entendermos que perguntas abertas oportunizam um discurso dinâmico, em que “a espontaneidade e o constrangimento são simultâneos, onde o trabalho de elaboração se configura ao mesmo tempo como emergência do inconsciente e construção do discurso” (Minayo, 1999:67).

A entrevista com perguntas abertas facilita a ampliação e o aprofundamento da comunicação, bem como a emersão do ver, do sentir dos entrevistados e seus juízos a respeito dos fatos e das relações que compõem o objeto da pesquisa.

2.3 Da Coleta dos Dados

➤ *Modus Faciendi*

Antes de escolhermos definitivamente os sujeitos da pesquisa, após uma reunião ordinária da Academia Cearense de Retórica, lócus da pesquisa, mantivemos contatos informais com alguns confrades, para, a um só tempo, falar

sobre o nosso trabalho e proceder a uma espécie de sondagem em torno de sua aquiescência e disponibilidade para as supostas abordagens da pesquisa.

De logo, observamos, senão uma aceitação entusiástica, pelo menos certo respeito ao trabalho da pesquisadora, alguns deles já indicando dia e hora para a futura abordagem, completando-se o número de sujeitos previstos (4) através de um contato posterior, ocasião em que procuramos esclarecer mais detalhadamente as razões da pesquisa, garantindo-lhes de nossa parte total discricção, enfatizando não ser necessária a identificação nominal. Dos quatro, somente um aceitou o uso do gravador, chegando-se, então ao consenso de que as entrevistas seriam efetuadas através de questionários e as respostas dadas por escrito.

A entrega dos questionários foi feita pessoalmente nos locais de trabalho de cada qual, por sugestão dos próprios pesquisados, com exceção de um que preferiu receber-me em sua residência. Por ocasião desses contatos, conseguimos apanhar outras informações não requeridas nos questionários, o que nos forneceu dados suficientes para traçar o perfil individual dos entrevistados, conforme era nossa pretensão.

Os informes nos foram passados com espontaneidade, demonstrando, alguns, certo prazer em voltar ao passado para falar dos familiares, da infância, das escolas onde estudaram, dos amigos e outras lembranças. Da mesma forma, observamos sinais de entusiasmo, para não dizer orgulho, pelas conquistas, pelo progresso pessoal e profissional, pelo sucesso da união conjugal, pelas vitórias dos filhos, pela posição de intelectual e outros aspectos do seu trajeto existencial.

Devolvidas as respostas, procedemos, primeiramente a uma leitura superficial, com vistas a nos familiarizar com o conteúdo dos depoimentos dos sujeitos pesquisados, partindo de uma leitura de superfície, como prescreve a técnica, até chegar a um nível aprofundado, para alcançar conteúdos latentes que viessem favorecer a compreensão do pensamento do entrevistado e as razões sócio-culturais que o engendram.

Dispensamos a devida atenção ao conteúdo lexical, no que concerne ao estilo e ao encadeamento lógico das idéias, tentando relacionar as estruturas semânticas com as estruturas sociológicas, o contexto cultural e o próprio contexto em que se estava processando a mensagem do entrevistado; observamos e analisamos as repetições e os elementos atípicos como silêncios, omissões, lapsos, tons enfáticos, etc, a fim perceber a pertinência da mensagem, o conteúdo intencional da fala e tudo aquilo que subjaz na linguagem ou no silêncio do sujeito, considerando ser imprescindível conhecer a razão que o estava conduzindo a um ou outro enunciado.

CAPÍTULO III

A VELHICE PARA O IDOSO RETORICISTA

Estudando-se a velhice mais aprofundadamente e de modo especial levando-se em conta as formas de prática social do idoso, vai-se entender que a idade cronológica não é um indicador definitivo do envelhecimento, verificando-se também que são as condições sociais, a localização geográfica, a cotidianidade, o ambiente grupal, a situação econômica, as condições físicas de cada um que determinam o caráter do estado de velhice. Daí o desacordo com a idéia de homogeneização do fenômeno.

As formas como o idoso retoricista elabora suas representações sociais em torno da velhice mostram-se em ajuste com os conceitos teóricos que a consideram um processo bio-psico-social elaborado sob a tangência da plasticidade cultural e política, portanto sob a força das transformações sociais.

A natureza das experiências do idoso, como de qualquer indivíduo, estão condicionadas a sua história pessoal, de acordo com a qual elabora suas representações sociais – fenômenos simbólicos formados nas várias mediações da vida, nos espaços em que os sujeitos sociais se reúnem para falar e dar sentido ao cotidiano.

As referências registradas nos itens seguintes deste capítulo configuram o nosso esforço no sentido de apreender e analisar o pensamento e a linguagem do idoso retoricista, para identificar suas representações sobre a velhice.

3.1 Do Perfil dos Sujeitos

Com vistas ao recorte e a identificação das dinâmicas expressivas, explicativas, defensivas ou quaisquer outras, julgamos necessário discriminar a identidade dos entrevistados, na forma em que se segue.

❖ Sujeito 1

Sr. X, 83 anos, nasceu no interior do Ceará. É médico aposentado. Casado há mais de 50 anos, tem quatro filhos, todos graduados.

Mora em casa própria, de boa qualidade e bem localizada. É descendente de famílias tradicionais e prestigiadas na região onde nasceu. Seus genitores eram razoavelmente letrados. O pai era agropecuarista, proprietário de fazenda e a mãe de prendas domésticas.

Já viajou por diversas regiões do Brasil e conhece alguns países europeus.

É um homem versátil, tratável e profundamente religioso.

Seus estudos secundários foram realizados em colégios particulares. Viveu sua infância e parte da juventude no interior. Costuma afirmar que viveu tranqüilamente toda a sua existência, exceto nos anos 44 e 45 quando serviu ao exército em período de guerra na condição de oficial da reserva. Diz jamais haver experimentado as agruras da pobreza, nem dificuldades financeiras, embora não se considere rico.

É membro da Academia Cearense de Retórica, participando ativamente dos debates e programações do Silogeu. É escritor e poeta com 7 livros publicados,

gosta de manifestar seu pensamento através de recitações da sua própria criação poética ou trovadoresca. Não deixa escapar oportunidades para comentários pertinentes aos interesses da Academia. Escreve freqüentemente e tem por hábito a leitura diária.

Conquanto de forma limitada, procura cumprir suas principais obrigações sociais. Considerando a idade em que se encontra, tem boa memória. Aparenta ser uma pessoa bem humorada, revela possuir um bom círculo de amizades e desfruta de boas condições financeiras.

❖ **Sujeito 2**

Sr. Y está com a idade de 89 anos. Nasceu no interior do Ceará. É sacerdote da igreja católica romana.

Seu pai era um proprietário de terras que viveu modestamente da agricultura, mas, “conseguiu deixar os dez filhos relativamente bem situados na vida”.

Sr. Y é pós-graduado em Teologia. Já fez bodas de ouro de ordenação sacerdotal, tendo atingido o grau de Monsenhor.

Foi professor de colégios secundaristas durante muitos anos. É hoje aposentado pelo Fundo de Previdência da Igreja Católica, mas continua trabalhando na condição de presidente da Campanha Regional da Escola da Comunidade - CENEC e faz parte da Diretoria Nacional da Campanha.

Diz-se um viajor insaciável e por isso já visitou, mais de uma vez os Estados Unidos e vários países da Europa, da Ásia e da África. Gosta de viajar em

grupo por achar mais proveitosos os programas de excursões coletivas, considerando-as como oportunidades para conquistar novos amigos.

Levando-se em conta a sua idade, goza de boa saúde. E a prova disso é que trabalha, normalmente quatro a cinco horas por dia com muita disposição, não tem dificuldades alimentares e afirma que dorme bem.

Desde muito tempo vem escrevendo em jornais católicos com bastante freqüência, colaborando algumas vezes com veículos de comunicação leigos.

Mora com familiares desde que se ordenou, tendo contribuído na educação de alguns sobrinhos. Tem casa própria localizada em bairro de elite. Possui carro de boa qualidade que é dirigido por motorista particular.

Faz parte de Associações Culturais, é membro da Academia Cearense de Retórica, onde sua participação se faz freqüente através da palavra.

❖ **Sujeito 3**

Sr. W está com 68 anos de idade. Nasceu na capital do Estado, é formado em Ciências Jurídicas, campo em que exerce parte das suas atividades produtivas, por ele consideradas bastante rentáveis. É filho de pais intelectualizados. A mãe era escritora e poetisa, com várias obras publicadas; o pai era advogado ilustre e magistrado do Tribunal de Contas do Estado; político de idéias esquerdistas; escritor e poeta renomado, tendo deixado algumas obras publicadas, incluindo romances.

Sr. W é jornalista atuante, exercendo atividades em órgãos de comunicação televisiva e radiofônica locais, com programas diários de muita

repercussão, por tratarem dos problemas sociais e políticos que atingem as classes populares.

Foi deputado e senador da República, sendo hoje aposentado como Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará. Quando perguntado sobre sua condição econômica, responde tranqüilamente que desfruta de uma boa situação, visto que a sua aposentadoria garante-lhe um salário elevado.

Sua residência é própria e de boa qualidade. Anda em carro particular dirigido por ele mesmo. Pratica o espiritismo, inclusive dá atendimento particular para orientações espirituais.

Reconhecido como intelectual de valor, pertence à Academia Cearense de Retórica e outras associações culturais. É escritor, poeta e conferencista bastante requisitado por setores sociais e intelectuais de Fortaleza. Conhece vários países da Europa, alguns estados americanos e quase todos os estados do Brasil.

Escreve freqüentemente, tem vários livros publicados, inclusive documentários de seus pronunciamentos no Senado Federal.

❖ **Sujeito 4**

Sr. Z, nascido em cidade interiorana, é oriundo de famílias de classe média. Fez seus estudos elementares em escola pública. Os estudos de nível secundário realizou em escolas particulares da capital do Estado, onde veio a residir.

É técnico em Ciências Econômicas. Começou a trabalhar muito jovem em uma firma revendedora de eletrodomésticos, mais tarde vindo a tornar-se um dos seus sócios proprietários. Fala de sua ascensão sócio-econômica com orgulho e

entusiasmo. Considera-se um vencedor em todos os aspectos de sua vida pessoal e gosta de referir-se a esse assunto.

Está com a idade de 79 anos, tem uma aparência bastante conservada e goza de boa saúde. É casado, tem 3 filhos todos bem situados econômica e socialmente: um é médico, outro engenheiro e o terceiro presta serviços numa empresa multinacional. Possui casa própria e transporte particular.

É espírita praticante, participa de algumas instituições de ajuda espiritual, é membro da Academia Cearense de Retórica e de outras associações culturais. É escritor e poeta com 8 livros publicados, três deles romances e os outros obras poéticas. Conhece alguns países da Europa e vários estados nacionais. Trabalha 8 horas por dia e afirma sentir-se disposto até para exceder-se um pouco mais, se necessário, conforme costuma enfatizar. É o provedor integral e único da família nuclear.

3.2 Caracterização Geral do Grupo

- Todos demonstram viver uma velhice tranqüila, em razão do apoio familiar e da segurança que lhes é garantida pelas condições econômicas;
- Todos conferem uma acentuada importância ao trabalho e dois deles ainda desempenham atividades produtivas remuneradas. Os outros dois desenvolvem trabalhos intelectuais (produção literária freqüente) e direção de organizações não governamentais;
- Todos os sujeitos colocam em evidência sua capacidade intelectual, por isso não se considerando velhos;

- Apenas dois do grupo referiram-se a perdas orgânicas e diminuição da capacidade física, mas sem grandes conseqüências;
- Quanto à prática religiosa dois se declararam espíritas praticantes e com atuação direta em entidades específicas da religião. Os outros apresentam-se como católicos também praticantes. Porém, nenhum fez apologia da fé ou da prática religiosa;
- Todos se declaram líderes da família nuclear, afirmando um deles preferir não participar das decisões de somenos importância;
- Nenhum é filho de pais analfabetos. Dois são filhos de pais com instrução primária e dos dois restantes, um é filho de mãe professora (antigo curso propedêutico) e o outro de pais intelectuais, ambos escritores e poetas reconhecidos;
- Há uma unanimidade quanto ao recebimento de proventos dignos, estando um deles incluído no rol dos brasileiros com elevados salários (Superior a 12 mil reais);
- A totalidade do conjunto reconhece o dever do Estado de priorizar a atenção ao segmento envelhecido da sociedade. Somente um deles não expressou esse pensar de forma enfática, atribuindo ao Estado apenas “uma parcela de responsabilidade” em proporcionar proteção aos idosos;
- Nenhum reconhece a solidão, o isolamento, o desrespeito como condições inelutáveis do estado de velhice, nenhum se enquadrando, portanto, nessa situação;
- Os quatro entrevistados afirmam não ser a velhice igual para todas as pessoas e que as diferenças têm por base não apenas os aspectos biofísicos

e psicossomáticos, mas também as condições sócio-econômicas, sendo que dois o fizeram veladamente e os outros de forma declarada.

3.3 Análise dos Conteúdos Discursivos

Atenta ao preceito segundo o qual a análise não pode se perder nunca dos propósitos da pesquisa, num primeiro momento procuramos determinar as freqüências absolutas de palavras e estruturas lingüísticas com significados inerentes ao objeto de estudo.

Para selecionar essas palavras, procedemos a várias leituras dos corpos lingüísticos, destacando frases para, em seguida, resgatar os núcleos discursivos dos sujeitos. Com base nesses levantamentos, resolvemos mapear os grupos de signos recorrentes nos discursos, em seguida, impondo-lhes a formatação adiante apresentada nos Quadros e I. e II.

QUADRO I

Mapa de tópicos discursivos prevalentes, agrupados em famílias de sentidos.

experiência, conhecimento, capacidade, produzir.
atividade, esforço, agilidade, disposição, equilíbrio, adaptação.
fantasias, imaginação, ideais, orgulho, emoções.
excluído, desprezado, maltratado.
liderança, decisão, autoridade, chefe.
prioridade, atenção, assistência, direito, proteção.
afeto, participação, carinho, convivência, alegria.
trabalho, comunicação, prestígio, participação.

QUADRO II

Mapa de estruturas fráscicas prevalentes.

Acervo de valiosos conhecimentos.
Não ter ideal, sentir-se desprezado.
Experiências que nenhum jovem poderá possuí-las.
Velhice é o maior título.
Direito pelo que trabalhei.
Sem remuneração, mas é trabalho.
A economia vê no idoso um peso morto.
O Governo persegue os velhos.
Políticas de proteção / condições dignas de vida.

Diante destes grupos de idéias, foi-nos possível verificar a presença de temas centrais, daí buscando entender a forma como os sujeitos entrevistados representam a realidade do envelhecimento.

Antes de iniciarmos a discussão propriamente dita dos resultados obtidos, decidimos destacar, mais uma vez, o pensamento de Moscovici (1981 *apud* Debert. 1998:182-183):

Quando estudamos representações sociais, o que estamos estudando são seres humanos que pensam, e não apenas manipulam informação ou agem de uma determinada maneira. O que estamos estudando, para sermos precisos, são os esforços humanos para compreender e não suas atividades propositadas: esta é a essência da cognição social.

Da mesma forma, fomos buscar opiniões de alguns autores acerca da análise de conteúdo, técnica escolhida para o alcance do objetivo deste trabalho.

Berelson (1952. *apud* Bardin. 1977:19) define a Análise de Conteúdo “como uma técnica que permite a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do

conteúdo manifesto da comunicação”. Krippendorff (1980. *apud* Silva. 1991:103) a define como “uma técnica de investigação que permite inferências válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto”. Um fala em quantidade do conteúdo manifesto, o outro em inferência dos dados.

Na opinião de Bardin (1977:39), é “a inferência que permite a passagem da descrição à interpretação, enquanto atribuição às características do material (em análise) que foram levantadas, enumeradas e organizadas”.

Nossa condição de aprendiz não nos concede a competência de renegar, desarticular ou contradizer conceitos, cabendo-nos, sim, o esforço para, à luz das teorias, analisar os dados alcançados pela pesquisa, o que estaremos tentando fazer neste item. O que fomos nós buscar no conteúdo das entrevistas? Foi, precisamente, a representação da velhice por parte de idosos intelectualizados. E o que detectamos?

A caracterização dos sujeitos e o mapeamento dos tópicos discursivos permitiram-nos novas aproximações, capazes de indicar-nos a extensão simbólica das falas, oportunizando interpretações e inferências que nos possibilitam identificar formas de pensamento e o modo como os sujeitos da pesquisa articulam essas formas na elaboração das representações sociais da velhice.

Pela repetitividade das palavras, pelo estilo da linguagem, pela ênfase observada em certas expressões presentes nos conteúdos comunicacionais, não só chegamos a algumas inferências, a serem naturalmente evidenciadas nesta dissertação, mas também conferimos análises e discussões que vieram ao nosso encontro no momento da pesquisa exploratória, quando buscávamos sustentação

teórica para o trabalho, em torno de questões manifestas na discriminação, marginalidade, perda de papéis, desassistência do Estado, descaso da sociedade, da família e outras situações em que se encontra inserida a velhice.

O que é velhice, afinal, no pensamento do idoso retoricista?

Tomemos, a fala do Sr. X como destaque inicial da análise a que nos propomos:

O conceito de velhice é variável. Depende das circunstâncias e dos indivíduos a que se refere. Ora traduz número de anos vividos, ora significa pessoa desajustada incapaz de adaptação ao meio ambiente e às transformações sociais.

O Sr. X, como os demais entrevistados, diferindo apenas nas figuras de sintaxe, ou nos recursos da retórica utilizados por cada um, destacaram, dentre outros os seguintes aspectos: a variabilidade da velhice e sua dependência às circunstâncias em que se processa; as experiências e o conhecimento adquirido com o avanço da idade; a ausência de proteção por parte do Estado, pouco se referindo a perdas ou quaisquer outros aspectos negativos do fenômeno, pessoalmente vivenciados.

O envelhecer humano, por ser um fenômeno de múltiplas faces, que nem sempre são consideradas em sua totalidade, é concebido de várias maneiras. Não dispomos de uma definição terminante da velhice. Essa diversidade nas formas de concebê-la, dizem os teóricos, dificultam o entendimento da problemática, assim como a sua solução e até o direcionamento das modos de intervenção.

Como vimos em capítulo anterior, os conceitos de velhice envolvem múltiplas dimensões, entre as quais podem ser destacadas a biológica, a

cronológica, social, demográfica, psicológica, econômica, cultural, ideológica e política.

Na variedade das conceituações, entretanto, a sobrelevância desses aspectos dá-se de forma diversificada. Algumas definições destacam principalmente as perdas orgânicas; outras, as deficiências psicossomáticas; existem as que põem em relevo os limites datários, as doenças próprias desse período e a relação com a família. Até algumas décadas atrás, poucos conceitos destacam a influência das condições econômicas e sociais sobre a velhice e seu enfrentamento. Registre-se que ainda perduram formas de ver e tratar a problemática da velhice sem associá-la às condições sociais e econômicas de sobrevivência do idoso, notadamente quando apontam a resistência, a vontade pessoal e as descobertas científicas como únicos instrumentos para o alcance de uma velhice bem vivida.

Verificamos que o Sr. X proclamou essas diferenças, condicionando-as, também, a circunstâncias de vida. Ao referir-se às transformações sociais, aludindo à incapacidade de alguns idosos em adaptar-se ao movimento histórico da civilização, está apontando no seu discurso para a ausência de instrumentos sociais e políticos indispensáveis a essa adaptação, isto é, a proteção do Estado cristalizada em legislação específica, diante da qual sejam mantidos o bem-estar e a dignidade pessoal do idoso e sua plena cidadania, isto garantido por um sistema previdenciário justo e efetivo, livre de interesses econômico-financeiros e jamais submetido ao critério de miséria ou de incapacidade física. Estaria, certamente, afirmando que a velhice não é um conjunto vazio; não é um conjunto incapaz de participar da história e, por isso, não desmerece o reconhecimento pessoal.

Categorias como trabalho, velhice, longevidade, sabedoria e experiência foram referidas pelos entrevistados, dentre outras que implícita ou explicitamente, aparecem na linguagem dos sujeitos pesquisados, em momentos diversos, conforme veremos no decurso desta análise.

Velhice é olhar só para trás, é não ter ideal, é viver de saudade, é não pensar no futuro. Velhice é diferente de longevidade (Sr. Y).

Emitindo esta opinião, o Sr. Y, um idoso ativo, que viaja muito e ainda trabalha, está indicando seu enquadramento no segundo termo. E assim faz a diferença.

Esta referência à longevidade traz-nos ao pensamento as palavras de Ursula Lehr (1999:7) quando, em seus estudos sobre velhice, afirma ser necessário, neste momento em que o mundo “está ficando grisalho”, lembrar – e alguns autores já cuidam disso – que não é importante somente “acrescentar anos à vida, mas também acrescentar vida aos anos”, porquanto a expectativa de vida não pode levar em conta apenas o elemento tempo, mas a qualidade de vida nesse período.

Sabemos que essa qualidade de vida, para vir a tornar-se real e definitiva requer a transformação da sociedade desigual numa sociedade igualitária e justa, na qual cada geração tenha o direito de exercer o seu papel associada às demais gerações, de tal forma que os bens financeiros, culturais e profissionais sejam eqüitativamente divididos.

A palavra velhice carrega um sentido pejorativo e por isso as pessoas não gostam do cognome ‘velho’. Respondendo à pergunta: Você se sente como um velho? O Sr. X deixa evidente essa rejeição quando coloca em relevo sua capacidade intelectual, em razão da qual afirma textualmente: “Não sou velho”.

Tanto é assim que, nesta pesquisa, as respostas sobre o conceito de velhice estão sempre acompanhadas de reforços lingüísticos, em geral ressaltando o lado positivo do fenômeno que parece estar presente no estilo de vida pessoal dos entrevistados.

Na fala do Sr. W, vê-se que ele destaca a experiência como um mérito do idoso:

Velhice é simplesmente uma etapa da vida a que nem todos conseguem chegar. Mas os que conseguem adquirem experiências que nenhum jovem jamais poderá possuí-las.

Estas afirmativas remeteram-nos a alguns questionamentos emitidos por Dirceu Magalhães a respeito das formas em que se apreende o significado da velhice, fixando-nos, precisamente, na expressão indicativa de que nesse sentido estaremos sempre lidando com uma relação: a nossa de adultos com a dos mais idosos. Por não podermos penetrar na interioridade dos seus sentimentos em relação à vida, ao seu próprio corpo, à sociedade e às transformações que estão vivendo, observamos de fora e é o que pensamos ou sentimos que transformamos em imagens do envelhecimento, correspondentes ou não à realidade dos modos em que eles se representam.

A ênfase dada pelo Sr. W à experiência como coisa intrínseca à velhice estaria confirmando que o idoso tem uma bagagem de sabedoria; que o idoso valoriza o cabedal de conhecimentos adquirido durante a vida e que, muitas vezes, é desvalorizado, quando não ignorado pelos mais jovens.

Supomos não haver infringido a neutralidade, nem derivado da função de entrevistador, no momento em que, percebendo o destaque, insinuamos o

prolongamento da resposta. E o retorno foi idêntico na ênfase e na persistência da idéia, agora acrescentada de gestos e entonações de convencimento: “Ora essa, professora! O velho teve mais tempo para aprender! Teve mais lições. Por isso, sabe mais.” Vê-se, assim, que o velho deseja ser reconhecido.

Por trás das palavras e do tom enfático, o argumento do idoso; o aviso do idoso: Nós temos algo a oferecer. Nós temos saber. Nós temos experiência.

Há de se convir que, letrado ou não, o indivíduo armazena saberes cuja aquisição é possibilitada pelo cotidiano, podendo-se dizer que, do ponto de vista antropológico, sempre existiu a preocupação do *homo sapiens* com o conhecimento da realidade. A velhice não é vazia. E é por este reconhecimento que o idoso anseia, como se pôde ver no discurso do Sr. W.

Norberto Bobbio (1997:20) é enfático quando afirma: “O velho sabe por experiência aquilo que os outros ainda não sabem e precisam aprender com ele, seja na esfera da ética, seja dos costumes, seja das técnicas de sobrevivência”. Mais adiante, completando o seu raciocínio, alude à rapidez com que ocorrem as transformações derivadas do progresso técnico, do surgimento de instrumentos que multiplicam o poder do homem sobre a natureza e sobre os outros homens, deixando para trás quem passa no meio do caminho, ou porque já não consegue ir em frente, ou porque prefere deter-se para refletir sobre si mesmo. Acentua, ainda, Bobbio (op. cit. 22): “E para aumentar a marginalização do velho, contribui também um fenômeno que existe em todas as épocas: o envelhecimento cultural, que acompanha tanto o envelhecimento biológico, quanto social.” O autor dá a entender que o idoso não tem condições de renovar seus conhecimentos, de intercambiar

suas informações. A pressa avassaladora da sociedade moderna e a marginalização a que é submetido não permitem.

Thompson et ali (1991. *apud* Debert. 1999:63) renegam a forma como alguns estudos têm alimentado os estereótipos da velhice como um período inútil de vida; como um estágio de dependência, de refração do saber. O escritor procura mostrar que essa visão não se sustenta do ponto de vista científico e, reportando-se a análises de histórias de vida, considera a imagem que os idosos fazem de suas condições pessoais radicalmente contrárias a do senso comum.

Quando perguntado aos entrevistados se eles se sentiam como velhos, três deles responderam com um não mais que explícito, justificado. Somente um deles, admitiu ser velho, em razão dos anos percorridos, mas negando o envelhecimento da mente.

Tomemos na íntegra a fala de outro entrevistado:

Não me sinto como um velho, embora reconheça ser idoso. Não me lembro de pensar nisso. Simplesmente vivo. Tenho como me cuidar e, por isso, continuo trabalhando, atuando, que é o que mais gosto (Sr. W).

Apanhando as respostas todas, é possível concluir que os prejuízos físicos não contam na visão do idoso para o conceito de velhice. O idoso intelectual preza, a todo custo, as possibilidades do intelecto e nelas crêem, como que se houvesse uma relação mútua entre envelhecimento e intelectualidade. Porque produzem, constroem, expõem idéias e as defendem, não se sentem velhos. E, por outro lado, o exercício intelectual é um anteparo ao desgaste da mente, além de emprestar-lhe valor, reconhecimento e meios de intercâmbio comunicacional. As respostas assim o dizem, implícita ou explicitamente. O velho intelectual, como

aparece na pesquisa, tem a atividade mental como cartão de garantia contra a decrepitude. Como disse Fátima Santos nos momentos finais da orientação deste trabalho, “parece que eles vêm a velhice de forma negativa, mas não a sua velhice”.

Dentre os estudiosos das Ciências Humanas e Sociais grande parte, ao estudar a velhice e o envelhecimento, chama a atenção para o aspecto diversiforme do fenômeno, questionando conceitos unilaterais que homogeneizam a velhice, desconsiderando a individualidade, as diferenças culturais, regionais, sociais, as condições de vida e outras. Não é apenas o avanço da idade que marca as etapas da vida; existem diversidades a serem consideradas.

Essa imagem de “idoso em crise” que está presente nas políticas sociais, é “uma armadilha, um mecanismo de controle social”. Precisa ser dissolvida. Esse carimbo datário desconhece a diversidade de uma série de recursos ainda presentes naqueles que ultrapassam a faixa de sessenta anos e por isso vem ensejando, no momento atual, freqüentes debates.

Esta opinião é atestada por Guita Grin (org. 1998:41), quando afirma que “a tentativa de desconstrução da velhice como experiência homogênea é uma característica marcante da produção acadêmica atual”.

Observamos, nos discursos dos idosos, elementos representacionais que carregam significativa valorização. É o caso da categoria trabalho. No encaminhamento das respostas, os entrevistados, antes mesmo de chegar às perguntas alusivas à idéia de trabalho e atividade, já as referenciavam

repetidamente, a ponto de em duas respostas a palavra trabalho aparecer com a frequência de onze vezes. Como exemplo, a seguinte expressão:

Sou idoso, quanto ao tempo vivido. Quanto à minha mente e à minha capacidade intelectual, não sou velho. Tenho equilíbrio psico-biológico e capacidade de trabalho intelectual. Acho qualquer atividade fundamental para que o idoso não se sinta inútil. Além disso, faz-me bem produzir (Sr. X).

É sabido que o homem é produto e produtor do processo de construção de sua própria identidade. O homem se produz transformando a natureza, ou seja, através do trabalho, que o torna participante da sociedade, do meio em que vive e o retira do isolamento. Trabalho é, portanto, espaço de realização, de significação e transcendência. É o *locus* privilegiado da ação humana na construção do homem, como ser constitutivo do processo social, não como indivíduo isolado. E é na concretude do trabalho que o homem se identifica perante os outros.

Olhado como virtude, obrigação moral, ação de liberdade, fonte de riqueza e outras concepções, o trabalho apresenta-se como o espaço em que o homem se constrói e, por conseguinte, constrói a existência. Conseqüentemente, o trabalho é também *locus* onde se estruturam as representações sociais e a história do indivíduo, podendo inclusive ser o lugar em que se organiza a sua identidade.

Não estamos querendo tratar teoricamente da categoria trabalho e sim ressaltar a conveniência de analisá-la como parte dos elementos que compõem no conjunto das imagens representativas da velhice no discurso dos entrevistados.

Observemos que, na sua fala, o Sr. Z, ao afirmar sua disposição para o trabalho, quer destacar a preservação de sua capacidade para realizar a atividade remunerativa que o faz permanecer como provedor da família, salvaguardando, destarte, sua posição de mando e a possibilidade de manter-se respeitado:

Conquanto reconheça ser idoso, trabalho normalmente em meu escritório e às vezes até aos sábados, com bastante disposição, além de freqüentar centros literários, pois faço parte de duas academias e outras associações culturais. Escrevo livros. Mensalmente faço artigos para jornais acadêmicos. Persevero fazendo cobertura das despesas domésticas. Isto me faz bem (Sr. Z).

Vê-se nesta fala a importância e o destaque que o idoso confere ao trabalho, notadamente no que se refere à manutenção do seu estado de chefe, da sua posição de mando, da sua posição de provedor. Indica, portanto, que o intelectual se sente privilegiado na velhice, pelo fato de continuar trabalhando e, em razão disso, não se sentir velho.

Conforme referenciado em páginas anteriores, uma das queixas do idoso é a perda do prestígio familiar provocada pelo avançar da idade e pela suspensão das atividades. Ganhando dinheiro, trabalhando não se lhe é usurpado o prestígio, o respeito, a liderança que a família e a sociedade constroem, exatamente em função das condições econômicas. Aqui entrariam em discussão as palavras de outro entrevistado, o Sr. Y, quando ressalta:

Não me sinto velho, porque vivo a vida com entusiasmo e em plena atividade. Ocupo-me, produzo e faço jus ao bônus do meu trabalho. Agora, as pessoas idosas, que são desprezadas, ou muito pobres, acho que realmente devem se sentir velhos e tristes.

Novamente presente a questão econômica; a relação entre velhice, trabalho e economia.

A seguir, mais uma referência nesta perspectiva:

Não me lembro de pensar em velhice. Dos prejuízos físicos como cabelos e barbas brancas, diminuição da agilidade corpórea e um coração que já enfartou, não me lamento, pois disponho de condições financeiras para me cuidar bem, em virtude de continuar trabalhando, que é o que mais gosto (Sr. W).

Nesta resposta, outra vez mais, a imagem de velhice é associada ao trabalho e às condições financeiras.

Para todos os informantes da pesquisa, ter o tempo livre no estágio da velhice significa algo que caracteriza o idoso como inútil, incapaz. Refletindo sobre essas imagens e as conectando a questionamentos teóricos a que tivemos acesso, entendemos não seja essa associação estabelecida apenas pelo fato de o sujeito saber-se velho, mas principalmente por estar ele inserido numa sociedade que percebe o tempo vago, a aposentadoria, como estigmas, como estado de inutilidade.

Quem viveu e construiu a vida em torno do trabalho considerado não somente como meio de ganhos financeiros, mas também como valor em si, incorporou a imagem do homem trabalhador como o ideal da sociedade. Perdendo essa qualificação, sente-se alienado. Assim sendo, para o idoso, o conceito de atividade vai além do seu caráter produtivo e de rentabilidade. A atividade é entendida muito mais como um referencial de participação e dignidade.

Os discursos ora analisados levam-nos a verificar uma padronização nas representações dos sujeitos sobre o exercício da atividade por parte do idoso. Percebem todos a atividade como instrumento de ganhos para a manutenção de condições satisfatórias de vida, mas a consideram também como prazer e como meio de “comunicação com os outros, com o mundo”(Sr.W).

Da pergunta sobre a participação dos sujeitos entrevistados nas decisões familiares resultaram dados que consideramos importante relatar e analisar.

Lancemos mão, inicialmente, da fala dos Sr. X:

Em razão de que minha mulher e o nosso filho que vive conosco terem bom senso, deixo a eles a solução dos pequenos problemas para me dedicar a assuntos íntimos da minha imaginação e aos meus trabalhos literários. Sou respeitado pela família e, quando conveniente e necessário, interfiro nas decisões.

Podemos dar continuidade à análise através das expressões que se seguem:

Participo vivendo como chefe da família. Sou consultado e minhas opiniões são respeitadas. (Sr. Y)

Estou atento a todas as ocorrências. Acho que exerço alguma liderança na família porque ainda sou requisitado nos momentos de sérias decisões. (Sr. W)

Normalmente, mantenho liderança. Todos da família me ouvem, me respeitam e tenho competência para analisar situações, aconselhar e oferecer sugestões (Sr. Z).

Estes conteúdos comunicacionais traduzem não só a importância que o idoso atribui à função de líder e ao respeito do qual se julga merecedor, mas revelam também que ele necessita dessas manifestações e as vê como direito, como merecimento, reconhecimento e garantia do próprio prestígio.

É inegável que o ser humano, quando chega à fase da velhice, passa por um processo de transformação de sua própria imagem, assim como dos seus papéis, no ambiente grupal em que vive. O velho, diante da sociedade, não tem mais nem profissão, muito menos *status*. Torna-se simplesmente num homem 'velho', em busca de um novo papel social. Dura verdade que mostra a situação da velhice e indica a luta que naturalmente se processa na interioridade de um ser

envelhecido para não ser desprezado, desconsiderado e incluído na condição de inútil.

Não podemos afirmar que os sujeitos pesquisados se vejam assim ou concordem com essas asserções. Todavia, suas palavras deixam transparecer o seu desejo de continuar ativos e manter-se respeitados pela família, pelo grupo social, através do reconhecimento e da solicitação da sua competência. É possível, ainda, inferir que eles não querem perder o seu papel e almejam resguardar sua imagem de pessoa útil, produtiva, perceptiva, portanto, com capacidade de decisão.

Voltemos um pouco a respostas antes mencionadas, para registrar uma expressão que bem revela essa ansiedade do idoso de mostrar-se ativo, útil e competente.

Desviando-se do roteiro da entrevista, o Sr. Z (78 anos) destaca com toda clareza sua função de provedor da família ao dizer:

Não me convém estacionar. Preciso continuar assistindo à família em todas as suas necessidades. Sinto gosto nisso e considero meu dever, apesar da idade. Graças a Deus, tenho disposição.

Examinando-se o todo das respostas, não se encontra nenhum indicativo ou revelação de enquadramento dos entrevistados nas situações de abandono, desprezo, carência, exclusão, discriminação. Nos seus discursos, nenhuma alusão a dificuldades pessoais, nem mesmo àquelas perdas físicas e mentais naturais ao processo do envelhecimento. As respostas são isentas de queixas particulares. O que fica patente é uma conscientização sobre as formas de vida do idoso em geral - suas representações sobre a velhice.

Como membro do SILOGEU, *locus* desta pesquisa, podemos testemunhar que, em treze anos de participação e convivência acadêmica, jamais presenciamos o uso da tribuna – somos todos tribunícios – para referenciar, criticar ou reivindicar qualquer coisa relativa à questão da velhice. Quando muito, de raro em raro, ouve-se uma brincadeira: “Da cabeça para cima, estou perfeito; do queixo para baixo, já não sou o mesmo”. Brincadeira recebida com sorrisos, mas que se encerra nela mesma.

E aqui, uma chuva de indagações nos invade o pensamento: É o medo da própria velhice que os faz silenciar? É uma forma de renegar a velhice? É a condição financeira que os permite viver tão bem, a ponto de não sentirem os efeitos da idade na própria pele? Ou é, exatamente, por conhecerem o processo discriminatório existente no seio da sociedade e a impossibilidade de intervir que os faz silenciosos ante a questão?

Tais indagações não significam que nesta pesquisa não tenhamos conseguido apanhar opiniões importantes em torno de questões nelas contidas. Pelo contrário. Entretanto, respondê-las não é o objetivo deste trabalho.

Oportuna iniciativa foi a nossa ao incluirmos na entrevista perguntas sobre o tratamento que é dispensado à velhice pelo Estado e pela sociedade, posto que os entrevistados formularam algumas críticas acerca das políticas de assistência ao idoso.

Referenciemos o discurso do Sr. Z, nesse sentido:

Quanto a mim, nada tenho a reclamar. Entretanto, infelizmente, uma grande maioria dos que já atingiram a faixa etária considerada velhice, não vêm fazendo jus ao retorno da contribuição que prestou à família, à sociedade e ao governo, quando dispunha de vigor físico e psíquico para tanto.

Considero como parcela de responsabilidade do poder público proporcionar proteção aos idosos.

Que a velhice é uma questão social e política parece não haver qualquer dúvida entre os entrevistados. Igualmente não paira nenhuma incerteza quanto à afirmativa de que na maioria dos países, desenvolvidos ou não, a questão da velhice continua a exigir a implantação de políticas capazes de interferir na realidade de suas vidas, no sentido de garantir-lhe efetivas condições para o alcance da sua cidadania.

Embora sem demonstrar preocupação com o fato, os entrevistados, intelectuais que são, sabem que a cada dia cresce o contingente de idosos e, contrariamente, não crescem, não se efetivam medidas políticas para o controle das desigualdades sociais, a fim de bloquear os processos de exclusão em que também estão situados os idosos, notadamente os pertencentes a classes sociais menos favorecidas, condição referenciada, inclusive pelo Sr. Z em uma de suas respostas.

Infelizmente no Brasil, país marcado por uma “história lenta”, as conquistas sociais sempre foram postergadas. Desse modo, a seguridade social prevista na Constituição não conseguiu até aqui firmar-se no âmbito dos direitos sociais. Situação precisamente demonstrada na realidade vivida pelo amplo contingente de desassistidos, em que se encontra incluída grande parte da população idosa.

Os compromissos assumidos com o capital financeiro internacional impedem que o Estado brasileiro destine recursos suficientes à previdência social.

Acatamos o pressuposto de que a dignidade na última etapa da vida só ocorrerá quando a própria sociedade tomar consciência da questão do idoso; quando governo e povo levarem a sério o fato de que o aviltamento da vida na velhice é produto de nossa organização social e econômica que permanece fundada na desigualdade; quando se criarem mecanismos de distribuição da riqueza, espólio que, por direito pertence a todos. Só temos a concluir seja preciso reclamar pelo direito a uma velhice digna e humanizada.

Passemos à observação do que diz o Sr. X a propósito do assunto:

A sociedade e o poder público esquecem o velho sem procurar dar-lhe assistência. Não temos um bom sistema previdenciário. O idoso pobre sofre com isso.

Palavras corroboradas pelo discurso do Sr. Y que assim afirma:

Para o velho sem recursos tudo é difícil. Até os seus direitos, adquiridos pelo trabalho, são negados.

Como se vê, predominam nas duas respostas e de forma explícita, referências à falta de uma correlação entre o trabalho exercido e o direito a um retorno financeiro justo traduzido numa aposentadoria digna e suficiente para o atendimento das necessidades do velho aposentado que, após afastar-se do trabalho, tem os seus proventos diminuídos.

Prolongada é a resposta do Sr. W, quanto ao tratamento dispensado pelo Estado brasileiro ao idoso:

Fui Senador. Quando estávamos elaborando o Estatuto da Criança e do Adolescente, dizia eu para os meus colegas de Senado que, na verdade, era talvez mais urgente a elaboração de uma lei de proteção ao idoso. Mal sabia eu que tendo ao meu lado o futuro Presidente Fernando Henrique Cardoso, estava diante da antítese diabólica do meu pensamento. Com efeito, até o momento, o Estado brasileiro não exerce nenhuma política de proteção ao idoso. Muito pelo contrário é perverso, o persegue. O velho é tão

discriminado, quanto o negro. Do ponto de vista político, pode ser que no governo de Lula, alguma coisa possa ser alterada”.

A medida freqüencial de algumas referências, coincidentes na importância, no sentido e na intensidade semântica, acerca da proteção julgada indispensável ao idoso, mostra-nos as representações da velhice por parte dos entrevistados nas quais ficam claras as condições de vida desse segmento populacional e remete-nos a uma inevitável reflexão sobre o problema.

A questão social da velhice é construída e dimensionada sob os efeitos do sistema produtivo. A exclusão de alguns segmentos advém da distribuição injusta da riqueza, cujos efeitos, sem dúvida, atingem parte da população envelhecida.

A velhice excluída, diz Magalhães (1989:23):

É a face anônima e certamente mais silenciosa e cruel das conseqüências do envelhecimento vivido nas atuais condições de produção e organização econômica. É a face anônima que não tem porta-vozes, nem serve de referência para a proposição de políticas dirigidas ao velho, porque, além de anônima, vive na subsistência e na ignorância das áreas rurais, dos distritos interioranos ou nas periferias urbanas.

No que diz respeito à relação entre o exercício literário, a convivência acadêmica e o enfrentamento da velhice, obtivemos respostas significativas e, mais uma vez, reveladoras do desejo que sente o idoso de manter-se ativo mental e fisicamente, indicando, também, a necessidade por ele sentida de encontrar-se com os outros, de conviver, trocar idéias, enfim, de mostrar-se vivo e participante.

Nas falas dos entrevistados, as palavras comunicação, alegria, convívio e fraternidade simbolizam a importância dada pelos retóricos à vida acadêmica.

Numa resposta argumentativa, o Sr. W, afastando-se um pouco dos limites da pergunta, alude mais à capacidade produtiva dos idosos do que a uma possível relação entre o exercício literário e o enfrentamento da velhice:

Verdi, o grande compositor italiano, fez na velhice as suas óperas mais importantes, superando-se a si mesmo. Pablo Picasso pintou, com maior veemência e arte, nos últimos anos de sua vida. Pablo Casals fez suas melhores gravações com mais de 80 anos. Pablo Neruda escreveu seus melhores poemas e sua melhor prosa depois que envelheceu. Jader de Carvalho escreveu seu melhor livro de poemas com quase 80 anos. Se a velhice não for conturbada por enfermidades que afetem a mente, será ela sempre uma inesgotável energia no campo da ciência, da arte e da literatura”.

Tomemos, agora, a fala do Sr. X:

Para mim, freqüentar a academia constitui um maravilhoso meio de tornar a vida mais agradável e a possibilidade de levar aos outros minhas idéias conforme a minha experiência e os meus conhecimentos científicos.

Completiva é a fala do Sr. Z:

Tenho lido alguma coisa a respeito dos benefícios que a atividade mental pode trazer ao idoso. Quanto a mim, acho que me faz bem, ocupando meu pensamento e evitando o distanciamento com o mundo. Fazer um discurso, elaborar um poema, exige esforço e acho que isso é um exercício mental. Deve ser bom para o cérebro. É muito salutar a convivência com pessoas que se afinam com os nossos ideais no campo cultural, inclusive.

As respostas, a simbologia presente nas falas dos entrevistados revelam três pontos importantes: a) – o idoso sujeito da pesquisa, que é um intelectual de idade avançada, mantém lucidez suficiente para elaborar argumentos; b) – com a convivência acadêmica, a mente do idoso é beneficiada, permanecendo ativa e a decrepitude é, se não evitada, pelo menos adiada; c) – a construção desses argumentos deixa implícito que a ausência do exercício mental, a falta de convívio e de oportunidades de crescimento traz ao idoso o estacionamento e muitas vezes a regressão de sua capacidade intelectual.

O esforço do intelecto na produção literária reativa a criatividade, o raciocínio, a lógica do idoso. Retira-o do isolamento e o compele à participação, à demonstração, ao intercâmbio das idéias. Nas falas dos entrevistados, estampam-se esses argumentos.

A questão social da velhice é inegável, além de multifacetária e jamais um estudo ao modelo dessa dissertação esgotaria as suas dimensões representacionais. Com certeza, não só os aspectos já freqüentemente postos à tona por autores credenciados, por teóricos da questão, como talvez alguns caracteres aqui referenciados exigiriam estudos profundos, exaustivos, que reclamariam, por certo, esforços interdisciplinares, tal a sua multiformidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desejo de viver longamente é um sonho que acompanha o ser humano desde os mais remotos tempos.

Sonho postergado por séculos e séculos que hoje se aproxima da realização, ante o desenvolvimento da tecnologia e da medicina genética.

A longevidade aponta no horizonte do planeta, mas não se avista terra firme para uma ancoragem segura. Os novos rumos da velhice não se delinearam por completo, notadamente no sentido político e social.

Persiste o preconceito contra o idoso, tão forte quanto o racial. Persiste a concepção estereotipada da velhice e não se desenham trajetórias promissoras para os que alcançam idades avançadas. A sociedade e o poder público ainda não atentaram, nem para os problemas, nem para os direitos dos idosos. Não se implantou até hoje uma política eficiente de proteção ao velho, assim como, inexistente uma cultura da velhice. O sistema político, o modelo produtivo cria imagens falseadoras da realidade que o exclui da vida social e o impele ao isolamento.

O velho sobrevive. Mas isto não é tudo. O velho quer viver, conviver, sonhar, produzir, participar e ser respeitado.

A despeito da produção literária sobre o idoso, hoje espalhada no mundo, no Brasil; apesar das produções teóricas inegáveis e freqüentemente emergidas do pensamento acadêmico e das pesquisas universitárias, a questão da velhice, seu entendimento, sua caracterização e principalmente sua gravidade são aspectos que

não parecem devidamente apreendidos, nem incluídos nos planejamentos governamentais administrativos.

Ao decidirmo-nos pela realização deste trabalho, envolvida por pré-noções e conhecendo em proporções menores a problemática da velhice, deixamo-nos dominar pela ingênua impressão de que os sujeitos da pesquisa, intelectuais da classe média, socialmente bem situados, permanecessem indiferentes ao assunto, porquanto fosse diferente sua posição na escala social.

Enganamo-nos. Identificamos representações e saímos da empreitada mais segura do que antes a respeito da velhice e suas implicações bio-psico-sociais.

Os intelectuais mostraram-se conscientes, embora estacionários na silenciosidade que abarca a questão da velhice. Foram conclamados. Compareceram. Nos conteúdos das suas falas, os símbolos da discriminação, do abandono e da desassistência que atingem a população envelhecida de nossa sociedade se fazem presentes.

Nos segmentos discursivos, nas construções lingüísticas, a queixa de outros; os problemas de muitos; a denúncia contra as ações políticas.

De outro lado, a competência, a capacidade produtiva, a ânsia de reconhecimento e a consciência crítica do idoso referente ao comportamento da sociedade em relação à velhice fazem-se notadas.

Ao final deste trabalho, concluímos que a velhice está a exigir um “novo olhar”, uma nova compreensão, a fim de que o sonho de uma longevidade bem vivida não se desfaça na irresponsabilidade e na cegueira política que teimam em renegar o direito à velhice.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BACELAR, Rute. **Envelhecimento e Produtividade. Processo de Subjetivação.** Recife. FASA. 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BELO, Isolda. **Desnudando a Velhice.** Recife: Instituto de Pesquisas Sociais Joaquim Nabuco, 1985.

BOBBIO, Norberto. **O Tempo da Memória.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BOLSANELLO, Aurélio. **A Velhice.** São Paulo: Educacional Brasileira, 1989. v. 4.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade.** Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Reflexões sobre o Idoso no Brasil (I).** Brasília: MPAS/SAS, 1987.

CADERNOS de Envelhecimento. Vol I. Núcleo de Estudos Interdisciplinares. Porto Alegre, UFRGS, 1999.

CANÔAS, Cilene Swain. **A Condição Humana do Velho.** São Paulo: Cortez, 1983.

CHIZZOTTI, A. **A Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo. Ed. Cortez. 1991

COELHO, Saldanha. **Envelhecer e Ser Feliz.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História Oral (Teoria e Técnica).** Florianópolis: UFSC, 1978.

Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento. Volume I - 1999, PROREXT/UFRGS.

FORETTE, Françoise. **A Revolução da Longevidade**. São Paulo: Globo, 1998.

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos** – decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GOLDMAN, Perry. **Problemas Brasileiros**: alguns aspectos sobre o processo de envelhecer. São Paulo: Franciscana, 1977.

GONDIM, Linda Maria Pontes (Org.). **Pesquisa em Ciências Sociais**. Fortaleza: UFC Edições, 1999.

GUARESCHI, Pedrinho *et al.* **Textos em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

GUIMARÃES, Renato Maia. **O Processo de Envelhecimento como Campo de Investigação**. in Seminário Internacional sobre o Envelhecimento Populacional. Brasília. MPAS 1996.

HADDAD, Eneida G. de Macedo. **O Direito à Velhice**: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 1993.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

JODELET, Denise. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações Sociais e Esfera Pública**. A Construção Simbólica dos Espaços Públicos no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

JUNQUEIRA, Ester Dalva Silvestre. **Velho. E, por que não?** São Paulo: Universidade do Sagrado Coração, 1998.

LÉA, Magdalena. **Quem tem medo de envelhecer?** São Paulo: Hamburg, 1981.

LEHR, Ursula. **Estudos Interdisciplinares Sobre o Envelhecimento**. Volume 1. PROREXT / UFRGS, Porto Alegre, 1999.

LOUREIRO, Altair. **Velhice, o Tempo e a Morte**. Brasília: UnB, 2000.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **A Invenção Social da Velhice**. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Pesquisas Qualitativa**. São Paulo: Vozes, 1999. p.22.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações**. São Paulo: ATLAS, [s. d.].

MELO, Orfelina Vieira. **O Idoso Cidadão**. São Paulo: AM Edições, 1996.

MERCADANTE, Elisabeth. A Velhice: culturas diversas, temporalidades distintas. **Revista Terceira Idade**, São Paulo, v.10, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**. pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1999.

NERI, Anita; DEBERT, Guita (Orgs.). **Velhice e Sociedade**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

NOVAES, Maria Helena. **Psicologia da Terceira Idade**. Conquistas possíveis e rupturas necessárias. Rio de Janeiro: NAU, 1997.

PIRES, Mauro Antônio; SILVA, Dias da. **As Representações Sociais e as Dimensões Éticas**. São Paulo: Cabral Editora Universitária, 1998.

RAMONET, Ignacio. **Geopolítica do Caos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

SÁ, Celso Pereira. **Núcleo Central das Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____. (1998). **A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais**: Rio de Janeiro: UERJ, [s. d.].

SALGADO, Marcelo Antônio. **Velhice - Uma Nova Questão Social**. São Paulo: Hamburg, 1982.

SANTOS, Maria de Fátima. Diferentes formas da velhice. **Coletânea da ANPEPP**, Florianópolis, v.1, n.1, 1996.

SAWAIA, Bader (Org.). **As Artimanhas da Exclusão - Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SCHULZE, Clélia Nascimento. Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social. **Coletâneas da ANPEPP**. Florianópolis, v.1, n10, 1996.

Serviço Social & Sociedade N1 62. São Paulo, Cortez Editora, 2000.

SETÚBAL, Aglair Alencar. **Do Sincretismo da Prática à Prática do Sincretismo**. In Serviço Social e Sociedade 43. São Paulo. Ed. Cortez. 1994.

SILVA. Augusto Santo et Pinto, Jose Madureira (Orgs.) **Metodologia das Ciências Sociais**. Ed. Afrontamento. Rio de Janeiro. 1991.

SIMSON, Olga de Moraes Von (Org..). **Experimentos com Histórias de Vida**. São Paulo: Vértice, 1988.

SOUZA FILHO, E. **Análise das Representações Sociais**. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1995.

SPINK, Mary (Org.). **A Cidadania em Construção**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____ (1999) (Org.). **O Conhecimento no Cotidiano** - as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, [s. d.].

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado - História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VERAS, Renato (Org..). **Terceira Idade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, UERJ, UnATI, 1999.

